



Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários
Relatório e Contas 2017





Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários Relatório e Contas 2017

06



08

32

66

Índice

Mensagem do Presidente

Relatório de Gestão

1. Enquadramento macroeconómico
2. O SNQTB
3. Áreas relacionadas e de suporte
4. Proposta de aplicação de resultados

Notas às Contas

Balanço em 31 de dezembro de 2017
Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017

Notas às Demonstrações Financeiras

Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal das Contas

MENSAGEM DO PRESIDENTE



6 |

Com todos, para todos, por todos. A nossa divisa de 2016, que procurava simbolizar os valores de inclusão de todos, para trabalhar em prol de todos. Agregando, incluindo, somando. Condição sine qua non de crescimento e afirmação estratégica.

Maiores, melhores, mais solidários. O ano de 2017 marcou uma nova etapa no processo de crescimento do SNQTB. O ano da afirmação enquanto maior sindicato de trabalhadores em Portugal. Com presença nacional, Continente e Ilhas. Com abertura de Delegação em Viseu e Santarém, juntando-se a uma lista cada vez mais capilar: Braga (renovada), Porto, Aveiro, Coimbra, Covilhã, Leiria (renovada), Lisboa, Faro (renovada), Funchal (renovada) e Ponta Delgada (renovada). O ano em que o crescimento do número de sócios caminhou a par com um crescimento de receitas de sindicalização e outros produtos, que em muito compensaram os nefastos efeitos da capitação nas contribuições das entidades patronais.

Equipas sindicais em praticamente todos os bancos, marcando presença e liderando na proximidade aos nossos sócios.

Na área laboral (negociação coletiva e contencioso laboral), no contributo cívico para a definição de políticas públicas e legislação (Assédio moral; Orçamento Geral do Estado; Serviços Bancários; Código do Trabalho, entre outras), o ano de 2017 marca um novo paradigma do SNQTB. Liderante!

O ano em que, cumpridos os estatutos, foram instituídos o Conselho Superior de Estratégia e o Conselho Jovem. Vetores vitais na reflexão, por um lado, e no renovar de gerações, por outro.

Na gestão de um subsistema de saúde, complementar ao SNS, e que é a referência em todo o mercado: SAMS QUADROS. Um património afetivo e histórico único. Gerido com parcimónia, frugalidade, com atenção permanente aos custos, num equilíbrio complexo entre necessidades e meios. Num contexto em que a Gestão e a Medicina caminham em ambiente de concorrência e de cooperação. Com um reforço significativo do apoio aos Doentes Oncológicos, com Doenças Crónicas ou Degenerativas e à Natalidade. Com centenas de novos acordos de convenção de cuidados de saúde, reforçando a presença das entidades parceiras a todos os cantos de Portugal.

Foi também o ano em que investimos significativamente no aumento de competências do SAMS Quadros (requalificação de quadros técnicos e corpo clínico; digitalização e automatização de

operações), com resultados visíveis na capacidade de negociação de acordos, emissão de pré-autorizações, acompanhamento pré e pós-operatório, assistência médica em ambiente domiciliar em todo o país, orçamentos pré-operatórios, entre tantas áreas. Mantendo todos os benefícios, mas baixando a despesa per capita, caso único no mercado de saúde português. E, mais importante, dotando o SAMS Quadros de sustentabilidade técnica e financeira, por um prazo muito alargado. Somos e seremos o melhor subsistema!

O ano em que elevámos o SNQTB a um novo patamar, quer via Fundação Social Bancária (FSB) quer em nome próprio:

- Solidariedade (aos nossos sócios em situação de especial fragilidade financeira; a crianças sem famílias; às vítimas dos incêndios de Pedrogão, aos trabalhadores bancários perseguidos pelos lesados, entre outras);
- Desporto (Golfe – Torneios e Clínica de Iniciação; Padel, Caminhada e Corrida SAMS Quadros, Xadrez, Futebol e Futsal);
- Educação/Cultura/Formação (Propinas e livros escolares; Porto d’Ouro; Be My Guest; Cursos de fotografia; Gestão de Stress e de Conflitos; Escrita Criativa; Modelagem de barro; Exposição de pintura; Aniversários de Delegações).

Numa palavra, o ano da afirmação do SNQTB enquanto “terceiro lugar”: não é o banco; não é a residência; é um terceiro lugar, onde todos nos sentimos acarinhados!

O ano em que cada vez mais sócios encontraram soluções de seguros e de reforma com a MIS – Mediadora Independente de Seguros e com a SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, batendo records de atividade, cada uma destas sociedades.

Sindicalismo. Saúde. Afetos. Três pilares.

O ano de 2018 será aquele em que o SNQTB, fazendo jus à memória de nossos sócios fundadores, continuará a cumprir o seu desígnio:

Próximos, Acessíveis e Liderantes!

Paulo Gonçalves Marcos

Presidente da Direção do SNQTB e do Conselho Diretivo do SAMS QUADROS



08

Relatório de Gestão



1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial manteve um ritmo de expansão sustentado, prolongando a dinâmica iniciada na segunda metade de 2016.

Não obstante a evolução positiva da atividade económica global e o otimismo dos investidores, a política monetária dos principais bancos centrais não sofreu qualquer endurecimento adicional. Com efeito, o Banco Central Europeu prosseguiu com o seu programa de compra de dívida e a Reserva Federal dos EUA manteve as taxas de juro inalterada.

10 |

Apesar do agravamento dos riscos geopolíticos mundiais, em particular, decorrentes da crise na Península da Coreia, o quadro resultante da combinação da melhoria da economia global com a manutenção de um grau de extrema acomodação das condições monetárias globais favoreceu a apreciação da generalidade das classes de ativos financeiros. Esta evolução esteve muito sustentada pelo melhor momento das economias desenvolvidas e, neste grupo, pela evolução positiva da zona euro.

Na zona euro, a revisão em alta, para um crescimento de 1,9% decorreu da aceleração iniciada no final de 2016 e que se prolongou pelo presente ano, com um fortalecimento da procura interna, não só o consumo privado, como também o investimento, o que marca uma melhoria estrutural da economia, patente de igual modo no desemprego, que desceu para 9,1% em junho de 2017, o nível mais baixo desde 2009. Igualmente marcante na evolução da economia europeia é a convergência dos ritmos de crescimento entre países, depois de vários anos em que economias como a Alemanha e a Espanha cresciam mais rapidamente, e outras, como a França e Itália estavam praticamente estagnadas.

As projeções de crescimento para a economia norte-americana foram revistas em baixa, para 2,1%, ainda assim consubstanciando uma aceleração face ao ano de 2016. Contudo, a não implementação das medidas de estímulo da Administração Trump (como o choque fiscal e o programa de infraestruturas) impediu que as expectativas mais otimistas se materializassem, também num contexto de novo abrandamento em 2017. A Reserva Federal dos EUA, no entanto, continuou a retirada dos estímulos, com uma nova subida da principal taxa de referência para 1,25% e, em junho, tendo anunciado que ainda em 2017 iria começar a reduzir o volume de ativos financeiros adquiridos ao abrigo do seu programa de quantitative easing, de forma gradual.

No mercado cambial, apesar da subida de taxas de juro de referência pela Reserva Federal, o dólar depreciou face ao euro, para 1,18 dólares por euro, uma depreciação de 12,8% desde o início do ano, para o nível mais fraco desde o início de 2015.

No Reino Unido, o crescimento económico poderá começar a refletir os efeitos do “Brexit” segundo o FMI. Só em março de 2017 é que o Governo ativou o pedido formal de saída, ao abrigo do artigo 50.º do Tratado de Lisboa. Em junho, as eleições antecipadas convocadas pelo Governo para reforçar a sua posição resultaram antes na perda de maioria absoluta, o que poderá afetar um processo que os vários intervenientes já consideram complexo e difícil. Neste sentido, o FMI reviu em baixa a sua projeção de crescimento, para 1,7%. O Banco de Inglaterra, neste contexto, manteve a política expansionista e as indicações de disponibilidade para atuar, se e quando necessário.

As perspetivas para China foram revistas em alta ligeira, fruto das medidas de estímulo implementadas pelas autoridades. No entanto, considera o FMI que essas medidas, ao resultarem num aumento dos já elevados níveis de dívida, podem resultar num aumento dos riscos adversos no médio prazo.

Neste contexto global, prosseguiu o movimento de repricing das taxas de juro, em especial com uma subida das taxas de juro de médio e longo prazo, na Europa e nos EUA, mas mais pronunciado na

Alemanha, onde as taxas subiram acima de 0,5% para o prazo dos 10 anos. Em simultâneo, nos países chamados de “periféricos” na Europa, as taxas de juro subiram de forma menos pronunciada, resultando numa redução do prémio de risco face à Alemanha.

Em Portugal, as taxas de juro de longo prazo desceram, de forma generalizada, traduzindo-se numa clara diminuição do prémio de risco face à Alemanha, que, para o prazo dos 10 anos, desceu abaixo de 250pb, o nível mais baixo desde o início de 2016.

No mercado monetário europeu, as taxas de juro de curto prazo permaneceram em redor dos mínimos, refletindo a mensagem do BCE de que esta disponível para atuar, se e quando necessário.

1.1. A economia portuguesa

Em 2017, o PIB aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 p.p. que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016.

A melhoria esteve baseada na recuperação das exportações e do investimento, enquanto o consumo privado manteve um sólido contributo para o crescimento económico, apoiado na descida da taxa de desemprego, para 9,1% no mês de junho. Esta redução da taxa de desemprego foi o resultado combinado do aumento do emprego e da população ativa, que tem contribuído para a melhoria da confiança das famílias e consequentemente das expectativas do consumo privado.

Depois de uma evolução menos favorável entre meados de 2015 e meados de 2016, a evolução positiva das exportações, os mais elevados níveis de utilização da capacidade instalada e a envolvente externa, contribuíram para gerar expectativas mais otimistas, que podem potenciar as iniciativas de novos investimentos, em especial nos segmentos de máquinas e equipamentos, e de material de transporte. O inquérito ao investimento do INE, relativo ao primeiro semestre, revelou que os empresários sinalizavam intenção de maior investimento, em especial para expansão da capacidade. Contudo, as taxas de investimento continuam em níveis historicamente baixos. Em 2017, o investimento poderá representar 17% do PIB, que compara com os níveis pré-crise de 22%.

As exportações cresceram a dois dígitos durante o primeiro semestre, tanto em termos de bens, como de serviços, estes últimos apoiados num forte dinamismo das atividades relacionadas com o turismo, com o aumento dos turistas não residentes, da duração da estadia e com os empresários do setor a conseguir extrair mais valor, com uma subida da receita média por alojamento disponível.

Ao nível das exportações de bens, o crescimento foi generalizado entre bens, mas destacou-se a recuperação das exportações de bens energéticos (decorrente do encerramento para manutenção da refinaria de Sines, no primeiro semestre de 2016) e de veículos automóveis, com o início de produção de um novo modelo automóvel na AutoEuropa.

O saldo positivo da balança de transações correntes encontra-se suportado pelo reforço do saldo positivo da balança de serviços, em particular do contributo do turismo e transportes. A balança de bens poderá continuar numa tendência gradualmente menos deficitária, com a dependência energética a continuar a ser o fator mais penalizador. As exportações líquidas para o Reino Unido, França, Angola e EUA continuaram a ser as mais dinâmicas e a contribuir para o reforço das exportações.

No primeiro trimestre, o défice orçamental foi de 2,1% do PIB, uma melhoria de cerca de 1,2 p.p. face ao período homólogo. A melhoria das receitas dos impostos indiretos e contribuições sociais foram os principais fatores, enquanto a despesa permaneceu quase inalterada. O saldo primário registou um

excedente de 865 milhões de euros (cerca de 1,9% do PIB). A dinâmica recente esta em linha com as metas orçamentais de 1,5% do PIB para o défice.

A dívida pública manteve-se em redor dos 130,5% do PIB, no primeiro trimestre de 2017, perspetivando-se que se situe em redor dos 127%, em 2017. Até ao início de agosto, o Tesouro português reforçou os pagamentos antecipados ao FMI, com um total de reembolsos de 5,3 mil milhões de euros. O total de reembolsos, desde 2015, já ultrapassou os 12 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 54% do empréstimo original.

No primeiro semestre do ano, prosseguiu o processo de desalavancagem do setor privado, embora com diferentes dinâmicas em curso. Ao nível do crédito aos particulares, o ritmo de redução do crédito moderou, com um crescimento ligeiro no crédito ao consumo, face aos níveis de final de 2016, o que esta associado, também, ao dinamismo do consumo privado e, em especial, de bens duradouros. Ainda assim, em percentagem do rendimento disponível, o peso do crédito não tem sofrido alterações. Ao nível do crédito hipotecário, os volumes de nova produção cresceram 45% face ao período homólogo, mas situavam-se ainda bastante abaixo dos máximos observados em 2007-08, e são insuficientes para compensar a natural erosão da carteira, pelo que o stock de crédito hipotecário continuou a reduzir-se.

No crédito às empresas, prosseguiu a desalavancagem a um ritmo mais forte, fruto também das medidas de gestão dos non-performing loans que algumas instituições desenvolveram, ao abrigo dos seus processos de recapitalização, incluindo vendas e write-offs de carteiras de crédito.

Fruto destas dinâmicas, e de acordo com os dados do Banco de Portugal, o rácio de non-performing loans reduziu-se, no primeiro trimestre, para 16,7% (face a 17,9% no período homólogo).

1.2. O mercado de trabalho em Portugal

Os dados sobre o mercado de trabalho em Portugal são os seguintes:

	Portugal ⁽¹⁾					Área do Euro ⁽²⁾				
	set-17	out-17	nov-17	dez-17	jan-18	set-17	out-17	nov-17	dez-17	jan-18
	(taxa de variação homóloga – tvh – em percentagem)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Desemprego	-21,1	-20,2	-22,4	-20,8	-20,7	-9,5	-9,4	-10	-9,8	-9,2
	(em percentagem)									
2 Taxa de desemprego	8,5	8,4	8,1	8,0	7,9	8,9	8,8	8,6	8,6	8,6

	Portugal ⁽³⁾					Área do Euro ⁽²⁾				
	4ºT 2016	1ºT 2017	2ºT 2017	3ºT 2017	4ºT 2017	4ºT 2016	1ºT 2017	2ºT 2017	3ºT 2017	4ºT 2017
	(taxa de variação homóloga – tvh – em percentagem)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3 Emprego	1,8	3,2	3,4	3,0	3,5	1,4	1,6	1,6	1,7	1,6
4 População ativa	-0,2	0,6	1,2	0,7	0,8	0,5	0,6	0,5	0,7	0,5
	(em percentagem)									
5 Taxa de atividade ⁽⁴⁾	73,9	74,1	74,4	75,1	75,1	73,0	72,7	73,0	73,3	-

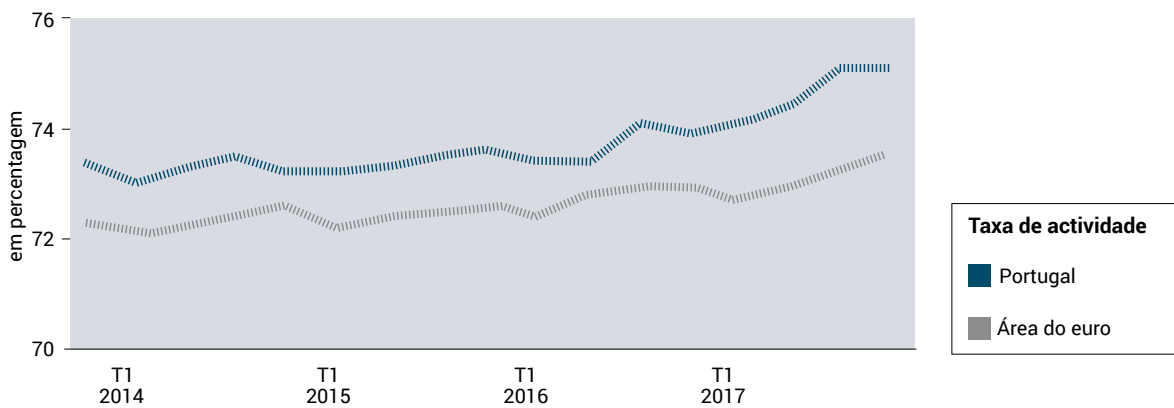
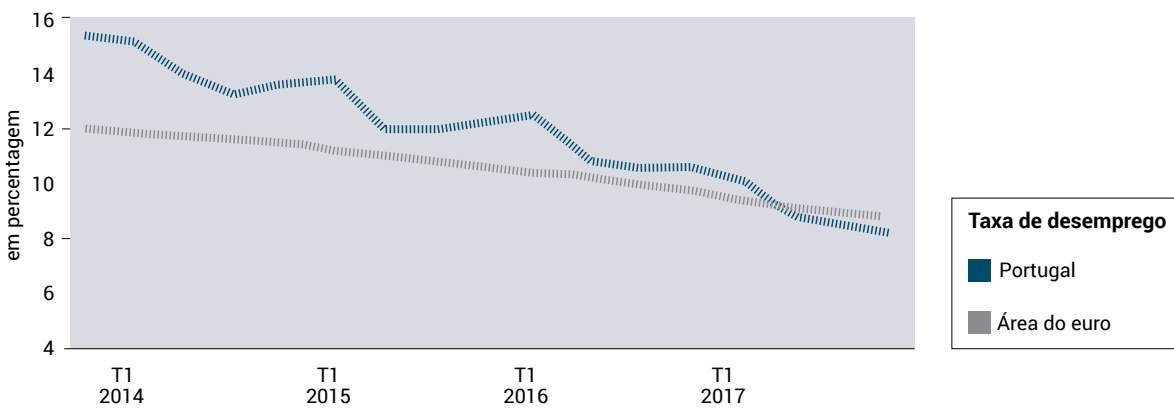
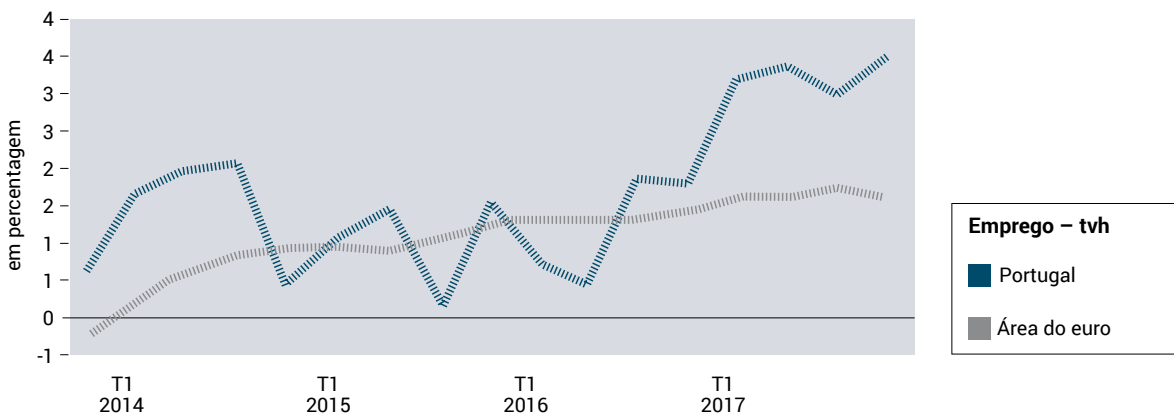
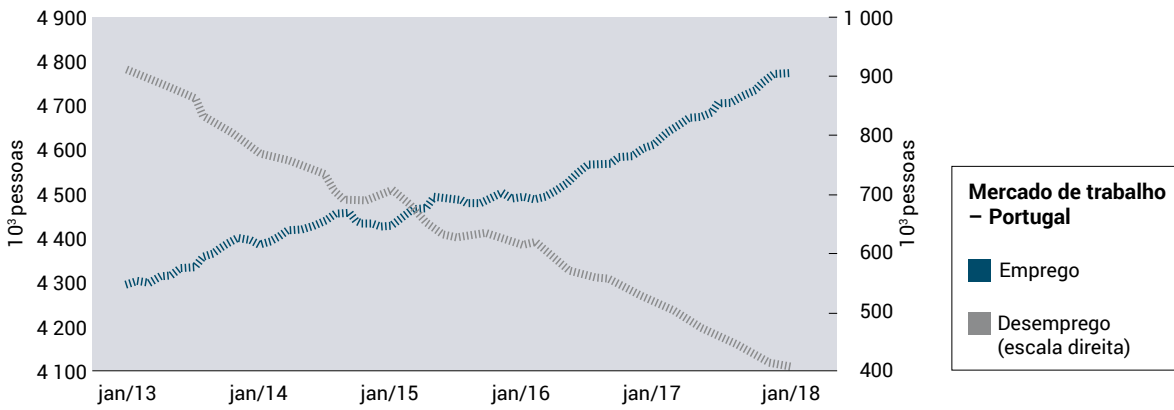
FONTE: Instituto Nacional de Estatística

(1) Valores corrigidos de sazonalidade apurados com base no Inquérito ao Emprego para o escalão etário dos 15 aos 74 anos. Os valores mensais referem-se a estimativas de trimestres móveis centrados, em que o mês de referência corresponde ao mês central de cada um desses trimestres.

(2) Composição de 19 países.

(3) O INE introduziu uma nova metodologia no inquérito ao emprego no 1º trimestre de 2011. Em consequência, os dados para Portugal a partir deste período, apresentados no quadro e gráficos, não são comparáveis com os obtidos com a metodologia anterior.

(4) Taxa de atividade para indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.



Quanto aos dados sobre produtividade e custos laborais, foi registado em 2017 o seguinte:

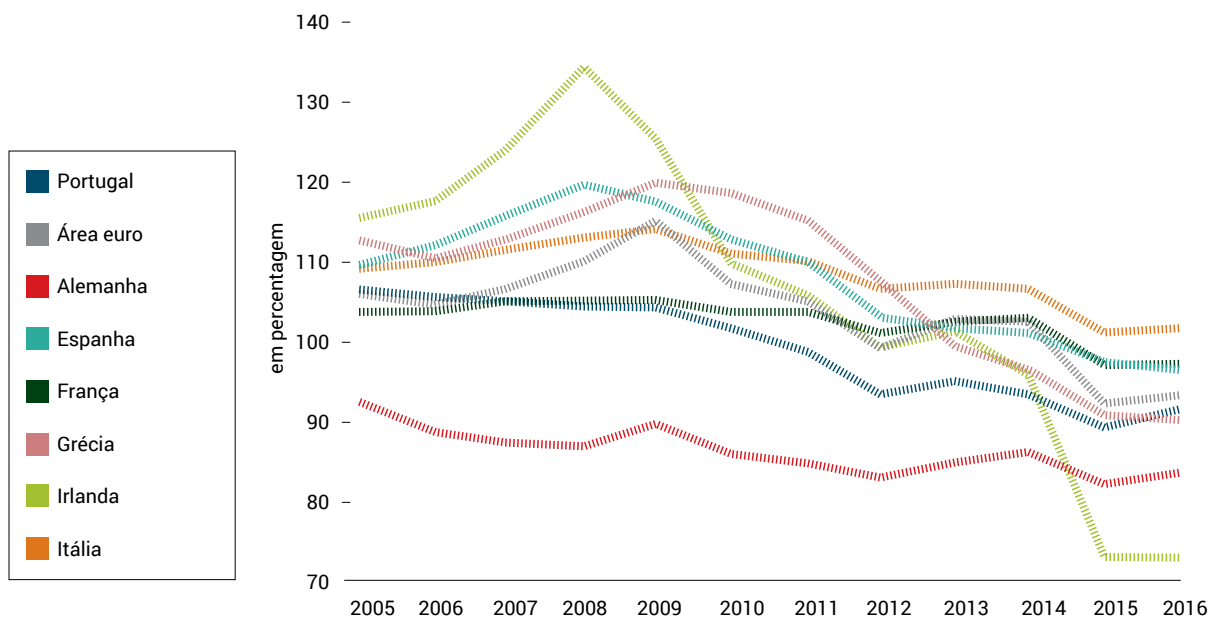
	Portugal			Área do Euro ⁽¹⁾			Diferencial		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
	(taxa de variação anual – tva – em percentagem)						(em pontos percentuais)		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Remunerações por trabalhador ⁽²⁾	-1,8	0,4	2,1	1,4	1,4	1,3	-3,2	-1,0	0,8
2 Produtividade ⁽³⁾	-0,5	0,4	0,0	0,7	0,9	0,4	-1,2	-0,5	-0,4
3 Custos unitários do trabalho ⁽⁴⁾	-1,3	0,0	2,1	0,7	0,4	0,8	-2,0	-0,4	1,3

14 |

	Portugal								
	mai-17	jun-17	jul-17	ago-17	set-17	out-17	nov-17	dez-17	jan-18
	(taxa de variação ⁽⁵⁾ – em percentagem)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
4 Remunerações médias implícitas na contratação coletiva – Total excluindo Administrações públicas	2,9	2,0	1,4	1,3	-	0,1	2,0	-	1,9
	(taxa de variação acumulada ⁽⁶⁾ – em percentagem)								
5 Remunerações declaradas à segurança social	5,1	2,7	1,9	2,0	2,3	2,6	1,6	0,9	-

FONTE: Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Economia e do Emprego, Instituto de Informática do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Banco Central Europeu e Eurostat

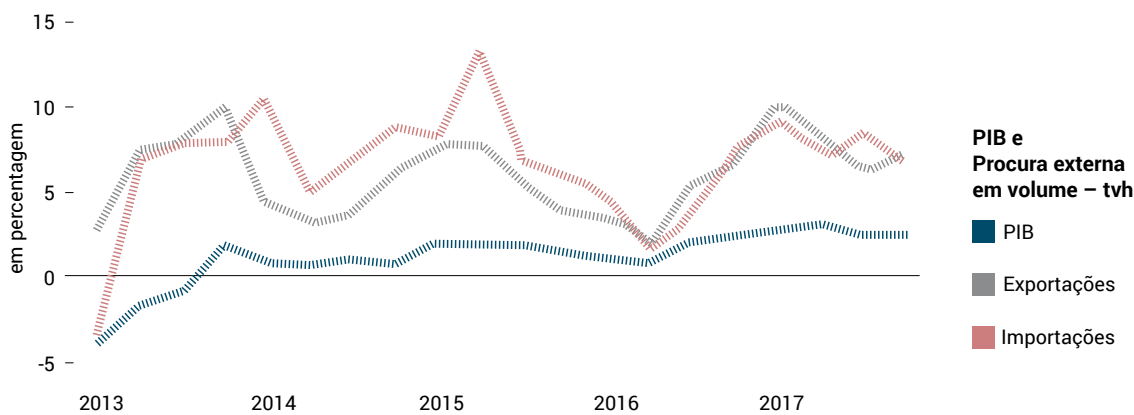
- (1) Área Euro: composição de 19 países. As séries anuais são calculadas a partir de séries trimestrais corrigidas de dias úteis.
- (2) as remunerações por trabalhador correspondem ao rácio entre as remunerações dos trabalhadores e o emprego por conta de outrem. Nos dados para Portugal, as remunerações dos trabalhadores foram ajustadas dos efeitos diretos da venda de créditos tributários por parte das Administrações públicas em 2003. Adicionalmente, a série das remunerações foi construída a partir da informação das contas nacionais em SEC 2010 e base 2011, reproduzindo a mesma metodologia para o período anterior a 2005. A série relativa ao emprego por conta de outrem está medida em número de indivíduos.
- (3) A produtividade corresponde ao rácio entre o PIB em volume e o emprego total. A série relativa ao emprego total está medida em número de indivíduos.
- (4) os custos unitários do trabalho correspondem ao rácio entre as remunerações por trabalhador e a produtividade.
- (5) as taxas apresentadas para cada mês correspondem às variações intertabelas anualizadas ponderadas pelo número de trabalhadores abrangidos.
- (6) as remunerações consideradas contemplam todos os tipos de remuneração existentes no Sistema de Gestão de Remunerações do Instituto de Informática relativas a trabalhadores por conta de outrem e membros de órgãos estatutários que estejam identificados no Sistema de Identificação e Qualificação da Segurança Social. Os tipos de remuneração existentes incluem: remuneração de carácter permanente, subsídios de férias e natal e outros tipos de remuneração (nomeadamente comissões, promoções, remuneração variável e outros subsídios). A base de dados de Gestão de Remunerações é um repositório em permanente atualização, existindo sempre uma percentagem de declarações de remunerações por entregar, principalmente nos últimos 4 meses.



1.3. A Banca Portuguesa

Em Portugal o setor bancário emprega 47.031 pessoas e adicionalmente 1.234 pessoas na atividade internacional.

Após 3 anos consecutivos de contração do PIB, a economia portuguesa começou a evidenciar sinais positivos de crescimento a partir do 3º trimestre de 2013. Prevê-se que o crescimento do PIB se situe em 2,2% em 2018 (revisão em alta no Orçamento do Estado para 2018). Em 2019, o nível do PIB português é esperado superar o observado antes da crise financeira.



O ano de 2017 foi marcado por uma reestruturação significativa dos principais bancos portugueses e, em alguns casos, com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista. Em termos sucintos, temos: o plano de recapitalização e a nomeação de uma nova equipa de gestão para a CGD (o banco de capitais públicos); a entrada e reforço de um novo acionista (fundo chinês Fosun) no BCP e o pagamento da última fatia de 700M€ do empréstimo obrigacionista de ações convertíveis (que chegou a totalizar 3.000M€); a oferta pública de aquisição lançada pelo grupo catalão CaixaBank sobre o capital do BPI que lhe permitiu adquirir uma posição de 84,52% (participação que compara com os anteriores 45,5%); o veto do Parlamento às propostas PCP/BE de nacionalização do Novo Banco, a entrada do BES em processo de liquidação e o reforço das negociações entre Banco de Portugal e o Fundo de Resolução e os candidatos à aquisição do Novo Banco (ex. fundo Lone Star) para conclusão deste processo.

Segundo a informação mais recente disponibilizada os depósitos registaram um ligeiro crescimento face a dezembro de 2016, tendo reforçado o seu peso como principal fonte de financiamento do sector. Em 2017, o rácio de transformação fixou-se em 94%, o que compara com o máximo de 158,8% em junho de 2010, mostrando sinais de estabilização desde setembro de 2016.

Em 2017, a rentabilidade do sector foi positiva, tendo beneficiado, numa base anual, do aumento dos resultados de operações financeiras e do decréscimo significativo das imparidades.

1.4. Principais riscos e incertezas

A envolvente económica é uma determinante essencial para as operações do setor bancário português e o contexto está sujeito a vários fatores de incerteza. Sendo Portugal uma economia aberta, com relevantes fluxos de comércio internacional com a União Europeia, a atividade está dependente do crescimento económico a nível doméstico, assim como da evolução da economia europeia.

Neste contexto, o processo em curso de saída, pelo Reino Unido, da União Europeia (“Brexit”) é um foco de incerteza, na medida em que pode ter efeitos de contágio a todo o espaço da UE, do ponto de vista económico e financeiro. De igual modo, o processo de reformas estruturais que está a ser

desenvolvido por vários países europeus, pode consubstanciar um fator de risco, caso não se concretizem as esperadas melhorias em termos de crescimento econômico e de emprego.

O ano de 2018 será mais um ano marcado pela regulamentação e diversas exigências impostas ao sector financeiro, tanto para a banca europeia, através do Banco Central Europeu (BCE), como para a banca nacional por intermédio do Banco de Portugal (BdP).

Os principais desafios para 2018 do setor bancário português centram-se nos seguintes domínios:

1. Melhoria da rentabilidade;
2. Capacidade de atrair capital privado, ainda limitado pela recuperação da rentabilidade, que também põe em causa a possibilidade de gerar capital organicamente e penaliza a emissão de obrigações. Apesar de os bancos estarem muito mais capitalizados (o dobro do que em 2011), capital adicional poderá ajudar em processos de reestruturação e nas necessidades de investimento;
3. Resposta aos requisitos regulatórios e de supervisão, designadamente em relação às normas que entram em vigor em 2018, tais como a MiFID 2, a PSD2, a PAD, os PRIIPS, a diretiva do Crédito Hipotecário, a AML, o Regulamento da Proteção de Dados, o IFRS 9, e eventualmente, o MREL e Basileia IV;
4. Os custos da Resolução, um muito pesado ónus que recai sobre os bancos em Portugal, requerendo forte monitorização e controlo sobre os custos ainda não contabilizados relacionados com a venda do Novo Banco (mecanismo contingente);
5. Intensificação da formação, correspondendo ao novo paradigma do sector, tanto para qualificar (aprender, apreender e aplicar o novo quadro regulatório e de supervisão e as mudanças no modo operativo das instituições), como para requalificar os colaboradores (principalmente atendendo às especificidades da banca digital).

No imediato, o reforço da rentabilidade dos bancos é o desafio primordial para gerar capital interno e para atrair capital externo e, desse modo, criar as condições que permitam pôr em prática estratégias de otimização do sistema financeiro.

2. O SNQTB

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários é um projeto iniciado em 1983, tendo como objetivo a defesa exclusiva dos profissionais que, na Banca Portuguesa, exercem funções técnicas ou de enquadramento.

Pautando-se por uma prática sindical rigorosamente apartidária e independente, o SNQTB tem vindo a afirmar-se na vida sindical e na sociedade portuguesa pelas posições responsáveis que assume, pela forma dialogante como encara os problemas e pela razoabilidade das soluções que apresenta.

Valorizando igualmente a noção de sindicato moderno e reformista tem, cada vez mais, dinamizado o conceito de serviço social, isto é, o Sindicato é também uma empresa de prestação de serviços de qualidade, ao encontro das necessidades dos Sócios e suas famílias.

A sede do SNQTB situa-se na Rua Pinheiro Chagas, n.º 6, em Lisboa, onde se encontra a maioria dos serviços. O SNQTB dispõe ainda de onze Delegações: Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Faro, Santarém, Funchal e Ponta Delgada.

Em Portugal, o SNQTB é membro fundador e coordenador da U.S.I. – União dos Sindicatos Independentes e da FESIBA – Federação dos Sindicatos Independentes da Banca.

O SNQTB, por via da USI, é membro efetivo do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira.

A nível internacional, o SNQTB é associado da CEC Euromanagers – Confederação Europeia de Quadros.

Sabendo que os primeiros anos de vida são fundamentais na preparação das bases de competências, habilidades e valores do ser humano e consciente das atuais dificuldades das famílias, o SNQTB, na sua habitual estratégia de intervenção, procurou encontrar soluções que fossem ao encontro das necessidades dos seus Sócios, no que respeita à educação das crianças e jovens que integram o agregado familiar.

Foi precisamente neste contexto que foi tomada a decisão de instituir a Fundação Social Bancária (FSB), instituição particular de solidariedade social, em contexto nacional, que desenvolve atividades no âmbito da política social, particularmente no apoio às crianças e jovens.

| 17

A FSB foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública por despacho de 28/12/2011 do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido lavrado o respetivo registo em 05/01/2012, pela inscrição n.º 2/2012, a fls. 38 e 38 verso, do Livro n.º 7, das Fundações de Solidariedade Social.

Com o objetivo de colocar os seguros dos ramos Vida e Não Vida em condições vantajosas para os sócios do SNQTB e dos demais Sindicatos afetos à USI, foi criada a MIS – Mediação Independente de Seguros.

De imediato, o Instituto de Seguros de Portugal reconheceu à MIS o estatuto de Mediador Ligado, tendo emitido, em 28 de agosto de 2007, o Certificado n.º 2007/15779.

A evolução do mercado e a instabilidade do setor de seguros levou os responsáveis da MIS a renegociar os acordos com as referidas seguradoras e a solicitar ao Instituto de Seguros de Portugal a alteração do seu estatuto de Mediador Ligado para Agente de Seguros, com vista a possibilitar a celebração de contratos com outras Companhias de Seguros. A MIS deixou de ser um Mediador Ligado e passou à categoria de Agente de Seguros.

Atualmente, a MIS, comercializa seguros do Ramo Não Vida (automóvel, habitação, acidentes de trabalho, responsabilidade civil, condomínio, caçadores e outros) e Seguros do Ramo Vida (PPR's e Seguros de Vida).

A partir de outubro de 2017, a MIS estabeleceu um protocolo comercial com a Atlas, um dos maiores corretores de seguros em Portugal.

O crescimento do SNQTB não ficará por aqui e, à medida que o seu número de sócios aumenta, cresce também a vontade dos seus dirigentes e colaboradores em prestar um SERVIÇO DE EXCELÊNCIA.

2.1. Contexto setorial

O setor bancário em Portugal tem sofrido uma grande transformação, através de uma forte redução do lado da oferta. Efetivamente, nos últimos três anos saíram dos principais bancos portugueses mais de cinco mil funcionários. Só em 2017 foram cerca de dois mil trabalhadores e mais de 250 agências que fecharam, isto considerando apenas os bancos principais que operam em Portugal. E a redução, quer de funcionários quer de agências, irá continuar, em virtude quer das transformações digitais e automação de processos quer da melhoria da eficiência e rentabilidade por parte dos bancos.

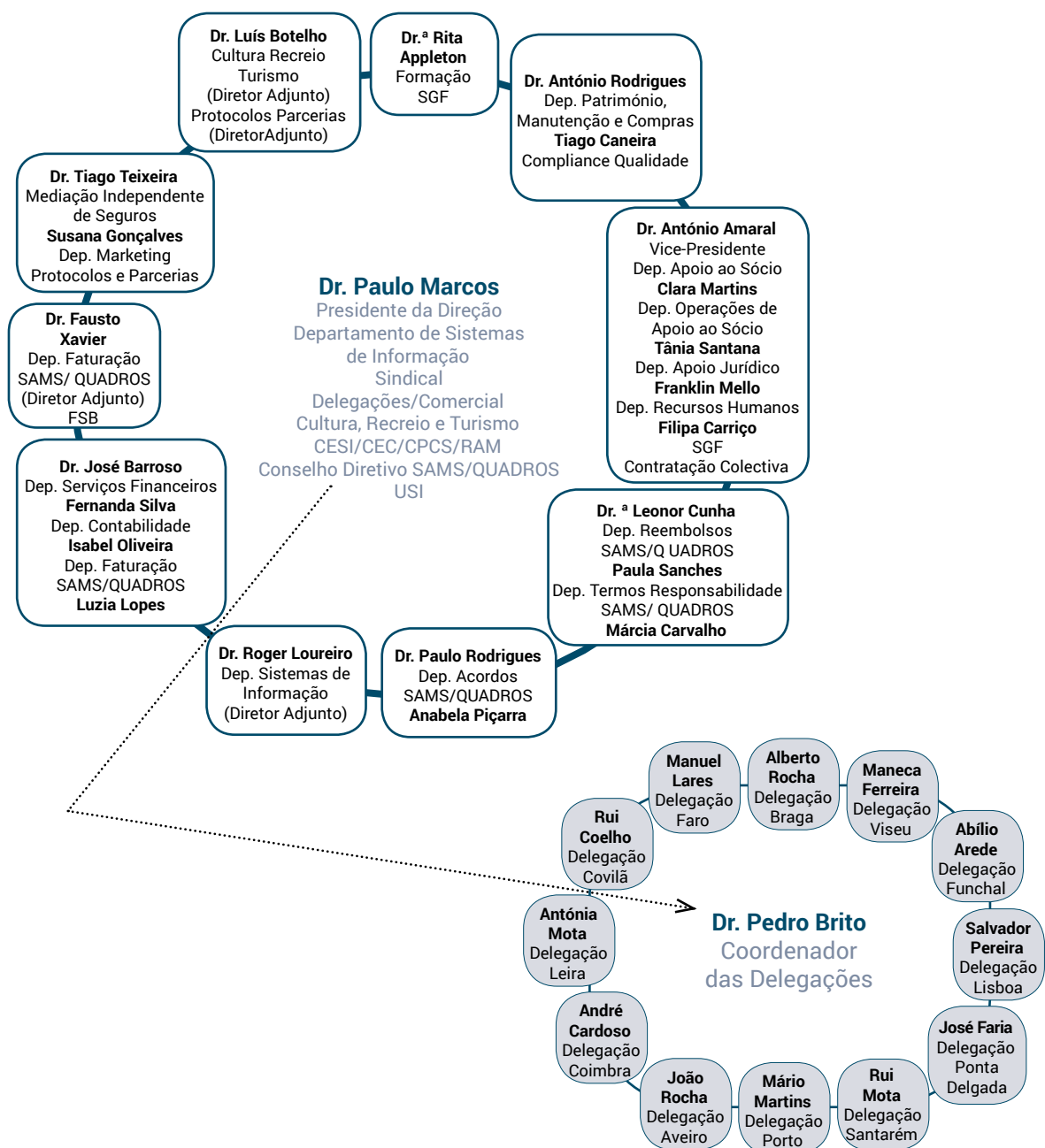
Neste contexto, é, portanto, mais desafiante manter um sindicato em crescimento. Não só porque o número de trabalhadores bancários diminui, mas também porque as novas formas de trabalho pressupõem modelos organizacionais diferentes, levando a uma maior independência e liberdade do

trabalhador e chefias mais dispersas, o que dificulta uma abordagem comum a todos os sócios de uma forma relevante para todos.

No entanto, em 2017, o SNQTB conseguiu aumentar o seu número de sócios, ultrapassando os 18.000, dos quais apenas cerca de 14% são reformados bancários. Este crescimento tem sido continuado e registou-se um aumento de quase 7% nos dois últimos anos.

A alteração do Acordo Coletivo de Trabalho provocou quebras nas contribuições recebidas, no entanto, o sindicato tem sabido gerir essas perdas quer através do aumento de sócios quer pela redução ao nível dos custos, levando a uma melhoria significativa dos resultados.

2.2. Estrutura funcional



Gabinete do Presidente

- Chefe de Gabinete do Presidente: Dr.ª Isabel Fernandes
- Secretária do Presidente: Rosa Neves
- Assessor Jurídico: Dr. Manuel Ramos Lopes
- Assessor de Estratégia: Dr. Mário Morais

Fundação Social Bancária (FSB)

- Presidente: Dr. Paulo Marcos
- Administradores executivos: Dr. Paulo Marcos (Presidente), Dr. António Amaral (Vice-Presidente), Dr. José Barroso (Vogal)
- Administradores não Executivos: Dr. Paulo Rodrigues, Dr. Amaro Ruivinho
- Direção: Dr. Fausto Xavier (Diretor Geral), Dr. Luís Assunção, Dr. Alfredo Silva
- Assessoria: Dr.ª Ana Paula Amaral, Dr.ª Nídia Deveza

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGF)

- Presidente: Dr. Paulo Marcos (Não Executivo)
- Outros Administradores SNQTB: Dr. António Amaral (Delegado), Dr.ª Rita Appleton (Residente), Dr. Joaquim Casa Nova (Executivo), Dr. Pedro Brito (Não Executivo)

Mediação Independente de Seguros (MIS)

- Gerentes: Dr. António Rodrigues, Dr. Tiago Teixeira, Dr.ª Susana Mendes, Dr. Alfredo Silva e Dr. Luís Assunção

União de Sindicatos Independentes (USI)

- Presidente da Comissão Executiva: Dr. Paulo Marcos
- Secretário Geral: Dr. Eduardo Teixeira

Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FESIBA/FSIB)

- Representantes SNQTB: Dr. Paulo Marcos (Presidente), Dr. António Amaral (Vice-Presidente), Dr. Pedro Brito (Vogal)

Conselho Económico e Social (CES) e Comissão Permanente de Concertação da Região Autónoma da Madeira (CES/RAM)

- Permanente: Dr. Paulo Marcos
- Suplente: Abílio Arede

2.3. Missão, valores e cultura**Missão**

O SNQTB é uma associação autónoma, independente do Estado, dos empregadores e de associações de qualquer natureza, designadamente de carácter político e que orienta a sua ação pelos princípios do sindicalismo democrático.

Tem assim como missão prestar um serviço de excelência aos sócios designadamente em questões de natureza laboral e sindical e da prestação e comparticipação de serviços de saúde através do SAMS Quadros.

Valores e Cultura

Os colaboradores, os titulares dos órgãos sociais do SNQTB e os prestadores de serviços pautam a sua atuação por padrões elevados de ética profissional. Evitam situações suscetíveis de originar conflitos de interesses. E asseguram o estreito cumprimento dos seguintes princípios éticos:

- OBJETIVIDADE
Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem atuar de modo imparcial e com isenção, em relação a todos aqueles com os quais contactam no âmbito da sua atividade profissional.
- CONFIDENCIALIDADE
Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem manter a reserva e discrição em relação a factos e informações de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.
- INDEPENDÊNCIA
Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem agir com independência e equidistância relativamente a todas as entidades e pessoas com quem estabeleçam uma relação em virtude do exercício das suas funções.
- INTEGRIDADE
Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem atuar segundo critérios de honestidade e lealdade pessoal e do interesse público que representam, para garantir a veracidade e confiança no trabalho realizado.
- COMPETÊNCIA
Todos colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem assumir-se como profissionais que dedicam o seu esforço e empenho ao cumprimento das tarefas que lhes são confiadas, exercendo a sua atividade diária com rigor técnico.
- PROPORCIONALIDADE
Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem pautar a sua conduta pela adequação dos seus procedimentos aos objetivos da sua atividade.
- RIGOR
Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem exercer a sua atividade diária com o máximo de rigor técnico.

2.4. Política de Qualidade

No sentido de melhorar continuamente os seus valores e a sua missão, o grupo SNQTB, todos os anos, é alvo de auditorias para renovação da certificação de qualidade, para assim confirmar a concordância do seu sistema de qualidade com a norma de referência comum e internacionalmente reconhecida, a norma SC-BUPR-054.

Procura, desta forma, aumentar a confiança dos sócios, através de uma longa e clara demonstração da qualidade dos seus serviços.

Assim, o grupo SNQTB, ciente da sua responsabilidade na tarefa de satisfazer os sócios, assume os seguintes compromissos:

- satisfazer as expectativas do sócio, ultrapassando-as se possível, através da permanente melhoria dos serviços prestados;
- otimizar continuamente os processos do sistema de gestão da qualidade, de modo a reduzir gastos desnecessários;
- definir periodicamente um conjunto de objetivos na ótica de uma melhoria do desempenho na empresa;
- avaliar e promover a satisfação das necessidades e expectativas legítimas dos sócios;
- planejar, operar, gerir e manter as infraestruturas de forma eficaz e eficiente.

2.5. Responsabilidade social

O Grupo SNQTB pretende, cada vez mais, desempenhar um papel ativo na sociedade em que atua, contribuindo de forma relevante, através de obras realizadas e projetos previstos, para o desenvolvimento

e progresso das respetivas zonas circundantes, preservando o meio envolvente e, acima de tudo, melhorando a qualidade e bem-estar de todos.

Nesse sentido, no Grupo SNQTB todos os projetos possuem um caráter de responsabilidade social sob a orientação dos anteriores pressupostos.

Próximos. Acessíveis. Liderantes.

A atual direção do SNQTB tem apostado numa grande proximidade com os associados, para o que é essencial um elevado dinamismo na nossa comunicação, assim como um constante rejuvenescimento da nossa imagem.

| 21

Ao nível das atividades de 2017 podemos destacar:

- Forte reconhecimento da entidade SNQTB, bem como das restantes entidades do grupo, nas redes sociais: *facebook*, *linkedin* e *youtube*, atingindo os 10.000 seguidores no *facebook*, com posts diários;
- Apresentação da atividade do Sindicato através da *newsletter* em formato papel e digital, tendo como média mais de 3.800 visualizações *online*, acrescidas das entregas aos domicílios;
- Criação de novo design para instalação nas delegações do SNQTB;
- Criação do conceito gráfico para a nova marca Ótica SAMS Quadros;
- Dinamização de todas as atividades da FSB, por email, *website* e rede sociais;
- Comunicação periódica semanal com os sócios por email;
- Elaboração de questionários de apoio e satisfação aos sócios;
- Criação e divulgação de campanhas de dinamização interna das equipas sindicais;
- Reestruturação dos diversos documentos a fornecer aos sócios;
- *Redesign* do *website* do Sindicato;
- Criação de diversas campanhas de sensibilização e apoio, nomeadamente:
 - FSB – Consignação do IRS e IVA;
 - Campanha Solidária Pedrogão Grande “Um só Portugal. Bancários Solidários”
 - Campanha Associação Casa do Caminho – Fraldas.
- Criação de nova linha de identidade da MIS, campanhas, produtos e comunicações;
- Desenvolvimento de comunicações específicas para os diversos eventos do SNQTB e FSB, dos quais destacamos os eventos de Natal;
- Estudo e proposta de merchandising para divulgação da nossa marca aos associados e bancários em geral;
- Criação de logomarcas: Residenciais SAMS Quadros, Mototurismo, Clube Viagens, Futsal, Clube de Golf, Saber+, entre outros.

3. ÁREAS RELACIONADAS E DE SUPORTE

3.1. Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos no Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, em 2016 e 2017, caracterizou-se pelo esforço na otimização dos seus recursos operacionais. Assim, a gestão de efetivos observou medidas referentes à redução de colaboradores, bem como uma equilibrada gestão racional dos custos.

Os últimos dois anos definem-se, igualmente, por uma melhor comunicação entre a Direção e os Departamentos, assim como uma maior abertura ao diálogo, troca e partilha de ideias entre os mesmos. O que se concretizou através da implementação de Comunicações Internas/Ordens de Serviço e Propostas de Trabalho.

Nesse sentido, também foi elaborado um novo formulário de Avaliação de Desempenho, que contou com uma participação mais ativa do DRH, assim como numa posterior elaboração dos planos de formação.

Finalmente, outra das melhorias implementadas a nível de DRH, foi a nível do Recrutamento e Seleção. A abertura de Concursos Internos para colaboradores, permitiu uma maior mobilidade/flexibilização dos postos de trabalho. Quando evidenciada a necessidade do preenchimento de uma vaga de trabalho e não havendo colaboradores com perfil adequado foi conduzido um processo de recrutamento e seleção externo, com colocação de anúncio.

3.1.1. Evolução do efetivo

A evolução do efetivo no SNQTB tem acompanhado dinâmicas próprias e bem definidas, tendo ocorrido, nos últimos três anos a saída de colaboradores, por diversos motivos.

As tabelas seguintes evidenciam detalhadamente a informação relativa a este indicador.

QUADRO DE PESSOAL A 31/DEZEMBRO

	2017	2016	2015
Sem Termo	103	106	122
Termo Certo	3	6	11
	106	112	133
Orgãos Sociais	25	25	22
	131	137	155

SAÍDAS

	2017	2016	2015
Reforma por limite de idade		1	1
Falecimento	1		
Pedido de demissão			
Revogação por mútuo acordo	1	17	
Cessaçãõ de contrato		6	6
	2	24	7

3.1.2. Política salarial

Em 2017, aplicou-se uma percentagem de 0,75% a todos os vencimentos base e complementos de todos os colaboradores do SNQTB, com exceção das remunerações dos órgãos sociais.

	2017	2016	Variacão 2017-2016	2015	Variacão 2017-2015
Gastos com pessoal	3 175 051	3 657 018	-13,2%	4 073 332	-22,1%
Número médio de colaboradores	106	119	-10,9%	132	-19,7%
Gasto por colaborador	29 953	30 731	-2,5%	30 859	-2,9%
	2017	2016	Variacão 2017-2016	2015	Variacão 2017-2015
Gastos com órgãos sociais	652 082	652 534	-0,1%	1 055 693	-38,2%
Número médio	25	25		22	13,6%
Gasto por colaborador	26 083	26 101	-0,1%	47 986	-45,6%

3.2. Departamento de Apoio ao Sócio – Sede

Este departamento encarrega-se de:

- Atendimento telefónico ou presencial aos sócios, ex ou futuros sócios, no esclarecimento de dúvidas ou questões que respeitem a todas as áreas do serviço;
- Receção, resposta ou reencaminhamento dos pedidos dos sócios que são remetidos por mail;
- Atendimento presencial dos sócios sobre questões várias relacionadas com todos os produtos e serviços do SNQTB/SAMS Quadros; utilizando para esse efeito os seguintes e-mails:
das@snqtb.pt
cartao.familia@snqtb.pt
portal@snqtb.pt
bpbonus@snqtb.pt

| 23

Para além do contacto direto com os sócios, este departamento tem também como funções:

- Admissões de novos sócios;
- Tratamento e gestão dos processos dos beneficiários que integram o agregado do sócio/beneficiário titular;
- Processos de demissão de sócios;
- Tratamento dos pedidos de atualização dos dados dos sócios;
- Tratamento e gestão do pedido de subsídio natalidade ao abrigo do Regulamento do SAMS/Quadros;
- Gestão, manutenção, atualização e controlo da base de dados dos sócios;
- Tratamento, digitalização e arquivo de toda a documentação associada à base de dados dos sócios;
- Emissão dos cartões de Sócios e Beneficiários do SAMS/Quadros;
- Tratamento e gestão dos pedidos do Cartão Família;
- Tratamento e gestão dos pedidos de adesão ao SAMS/Quadros de ex-sócios;
- Tratamento e gestão do cartão BP;
- Portal do sócio;

Durante o ano de 2017 foram processados:

- Total de cartões de sócios e respetivos beneficiários emitidos manualmente: 8.706
- Sócios admitidos: 1320
- Beneficiários admitidos: 3879
- Demissões: 226
- Falecidos: 21
- Total de acordos – ex-sócio – formalizados: 98
- Total de Cartões Família emitidos: 1527

O SNQTB continuou em 2017 a aposta no Cartão Família, um produto que pretende alargar os benefícios do SAMS Quadros a ex-sócios, filhos de sócios, ascendentes, bem como família alargada dos nossos beneficiários.

Os detentores do cartão têm assim a possibilidade de usufruir dos nossos serviços de saúde junto de mais de 2.500 entidades protocoladas com o SAMS Quadros, permitindo aceder a cuidados de saúde de qualidade a um valor mais vantajoso.

O esforço de ampliação da rede SAMS Quadros tem sido também alargado a este produto, que conta com protocolos não apenas com os principais grupos de saúde, mas também com as entidades de saúde de proximidade, tão valorizadas pelos nossos beneficiários.

A provar o valor desta oferta regista-se o crescimento de mais de 25% em 2017.

3.3. Pré-Autorizações – Departamento de Termos de Responsabilidade do SAMS Quadros (DTRSQ)

Os termos de responsabilidade emitidos pela DTRSQ permitem aos sócios o acesso à realização de atos médicos, devidamente aprovados em conselho clínico, em prestadores convencionados, sem o pagamento imediato desse mesmo ato.

O DTRSQ é responsável pelas atividades de:

- Análise e constituição dos processos para parecer do Conselho Clínico;
- Atendimento telefónico e prestação de esclarecimentos aos sócios;
- Interação com os prestadores de serviços de saúde.

24 |

TR ANALISADOS EM CONSELHO CLÍNICO		Outros	Total
Aprovados	Não aprovados		
1743	46	7274	9073

Cerca de 20% dos Termos de Responsabilidade emitidos em 2017 foram analisados em Conselho Clínico e apenas 2,6% não foram aprovados, sobretudo pelo facto de se tratarem de atos médicos no âmbito da estética. Os processos analisados em Conselho Clínico são, fundamentalmente, respeitantes a Cirurgias.

Os restantes 80% dos TR emitidos são para realização de meios complementares de diagnóstico, tratamentos de radioterapia e quimioterapia (3%) e outros exames e tratamentos.

Durante o ano de 2017 foi efetuada uma reestruturação nos circuitos e procedimentos internos deste departamento, que permitiu não só melhorar os níveis de serviço como a qualidade desse mesmo serviço. O DTRSQ implementou uma medida que permite racionalizar custos, solicitando ao prestador uma estimativa de custos do ato médico, o que permite ao Departamento de Acordos do SAMS Quadros informar os sócios da estimativa de comparticipação, bem como de alternativas equivalentes a custos mais reduzidos.

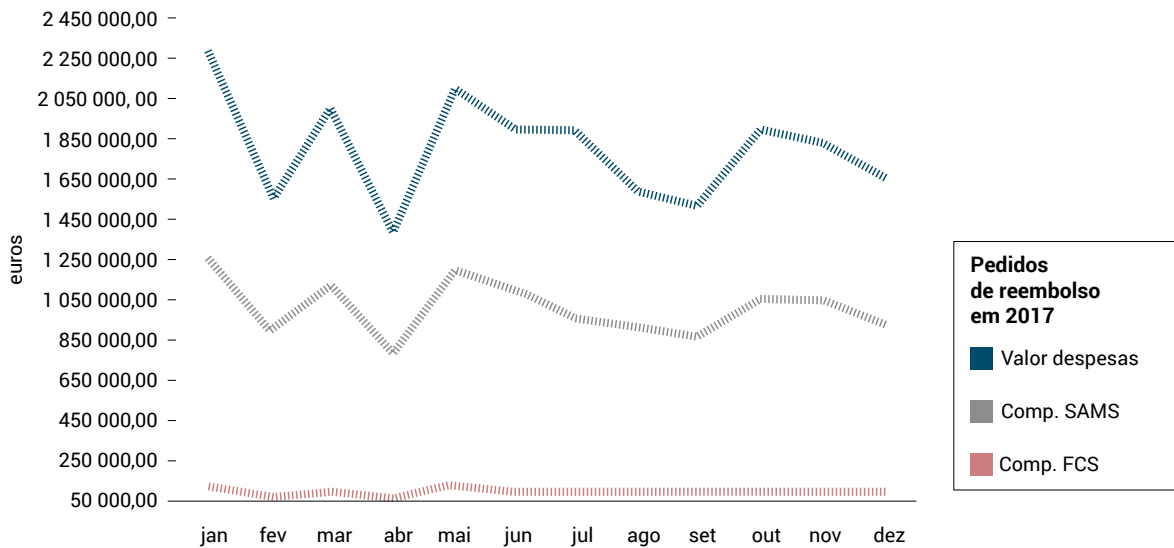
3.4. Departamento de Reembolsos do SAMS Quadros

A atividade principal do Departamento de Reembolsos do SAMS Quadros é a análise e processamento dos pedidos de reembolso que são enviados pelos sócios para comparticipação.

Este Departamento realiza, para além da acima referida, as seguintes atividades:

- Análise e processamento de pedidos de subsídios;
- Análise e preparação de processos de estomatologia/medicina dentária para apresentar em Conselho Clínico de Medicina Dentária;
- Preparação de processos para análise e parecer em CDSQ;
- Preparação de processos de pedido de empréstimo ao abrigo do FCS;
- Elaboração de estimativas de comparticipação para tratamentos de Medicina Dentária;
- Atendimento telefónico aos sócios para esclarecimento de dúvidas.

O DRSQ recebe diariamente cerca de 700 pedidos de reembolso para analisar e tratar. Após a reestruturação ocorrida durante o ano de 2017, dotou-se de capacidade para tratar diariamente a totalidade dos pedidos recebidos.



3.5. Apoio jurídico aos Sócios

3.5.1. Contencioso laboral

No âmbito dos processos disciplinares e judiciais ocorreram diversas deslocações a Aveiro, Barreiro, Beja, Braga, Coimbra, Chaves, Funchal, Lagos, Leiria, Lisboa, Portimão, Porto, Setúbal, Vila Franca de Xira e Vila Real, em múltiplas sessões e diligências.

Processos disciplinares (inclui instaurados, pendentes e findos):

SNQTB – 34
 USI – 5
 SIB – 7

Ações judiciais (inclui instauradas, pendentes e findas):

SNQTB – 36 (sendo seis de impugnação de despedimento coletivo, em que patrocinamos vários sócios em cada processo)
 USI – 1
 SIB – 3 (sendo uma de despedimento coletivo)

Despedimentos coletivos:

Banco do Brasil – acompanhamento de nove trabalhadores, no âmbito do qual ocorreram diversas reuniões de informação e de negociação.
 Empresa participada da Altice – acompanhamento de cinco sócios do SICOMP em diversas reuniões de informação e negociação, no âmbito da USI.

3.5.2. Negociação coletiva

Acompanhamento das negociações no âmbito dos seguintes acordos: Banco de Portugal, BCP, BNP Paribas, BSource, Edmond Rothschild, Montepio Geral, Oitante, Parvalorem, Sabadell, Square, 321 Crédito, com intervenção em diversas reuniões e plenários.

Acompanhamento de negociações de atualização de tabelas salariais relativas aos trabalhadores administrativos do setor da saúde (ASPAS, associação sindical integrante da USI).

3.5.3. Contribuição para políticas públicas

O Sindicato para esta matéria, inclusivamente em direito a constituir, participou nas seguintes iniciativas relativamente às instituições e matérias abaixo referidas:

Banco BPI – Em sede de audiência com o Presidente da República, o SNQTB manifestou a sua preocupação face à OPA do CaixaBank sobre o BPI, a qual poderia traduzir-se numa redução acentuada de postos de trabalho em Portugal, pela concentração de tarefas e funções em Espanha, o que constituiria um contrassenso, tendo em conta as qualificações dos trabalhadores do Banco e os menores custos de pessoal em Portugal.

26 |

Caixa Geral de Depósitos – No que respeita a esta instituição, o SNQTB pugnou pela necessidade de manutenção da presença relevante desta instituição em toda a geografia nacional, mantendo a sua preponderante intervenção no desenvolvimento económico do país, das suas comunidades e populações.

Novo Banco – Missivas enviadas ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro, realçando o papel do banco na economia nacional, sufragando a necessidade de evitar a sua venda precipitada, ou o seu desmembramento, o que colocaria em risco não só a instituição, a qual é responsável pelo apoio às pequenas e médias empresas nacionais, responsáveis pela dinamização da economia portuguesa e pela criação de emprego sustentável e qualificado, mas também o seus trabalhadores.

De igual modo foi proposto pelo SNQTB que os trabalhadores pudessem, numa futura alienação do banco, ter direito a adquirir uma parte do capital, reforçando assim o seu envolvimento na Instituição.

Estas preocupações foram inclusivamente manifestadas pelo SNQTB, integrado em delegação da USI, em audiência com o Presidente da República.

O SNQTB manifestou também a sua intenção de ser parte ativa no processo de aquisição do Novo Banco, tendo, para o efeito, enviado cartas ao Governador do Banco de Portugal e ao Fundo de Resolução.

Tomou igualmente posição no sentido da nacionalização transitória do Banco com compromisso da manutenção dos postos de trabalho e com a manutenção do centro de gestão em Portugal, em proveito da economia portuguesa, particularmente das pequenas e médias empresas.

De igual forma o SNQTB chamou a atenção para o facto dos trabalhadores do Banco, em sede de acordo com os lesados do papel comercial, terem sido expressamente excluídos do lote de instituições e entidades contra quem os lesados se comprometerem a renunciar aos direitos, reclamações e processos judiciais que tenham em curso, ou que viessem a ter no futuro, facto que constituiu clara e inaceitável discriminação.

Para esse efeito foram enviadas cartas ao Fundo de Resolução, ao Novo Banco e ao Banco de Portugal.

Com esta vigorosa iniciativa, o SNQTB logrou que o acordo refletisse a justiça da sua pretensão e, como tal, os trabalhadores do Novo Banco foram incluídos no lote de entidades relativamente às quais os lesados renunciaram aos seus direitos.

Iniciativas junto dos grupos parlamentares – Neste âmbito, o SNQTB manifestou a sua posição com vista à melhoria da supervisão bancária, com previsão da intervenção dos sindicatos nos órgãos de supervisão interna dos Bancos, assim reforçando os mecanismos de deteção, à nascença, de eventuais conflitos de interesses.

Para além disso foi proposta a implementação de mecanismos de proteção dos clientes, mas também dos trabalhadores bancários, sendo que a garantia de maior proteção e informação destes reforçará a implementação das melhores práticas no setor.

Co-Gestão – O SNQTB preconizou, de forma clara e construtiva, quer para o setor bancário quer para a sociedade em geral, a efetiva intervenção dos trabalhadores na gestão e no futuro das empresas, à semelhança das mais avançadas economias europeias, como imperativo moral, laboral e económico, por forma a evitar as situações desastrosas ocorridas no passado recente e que poderão repetir-se.

Estas preocupações foram inclusivamente manifestadas pelo SNQTB, integrado em delegação da USI, em audiência com o Presidente da República.

Conselho Económico Social – Em sede de audiência com o Presidente da República, o SNQTB pugnou pela justa pretensão da integração da USI, enquanto confederação sindical independente, no Conselho Económico Social.

Direito à desconexão profissional dos trabalhadores – Relativamente a esta questão, o SNQTB manifestou a sua concordância com vários projetos lei apresentados na Assembleia da República sobre o assunto, que é de extrema relevância, atenta a necessidade de consagração do “direito à desconexão”, mediante a regulação da utilização dos dispositivos digitais relativamente à prestação de trabalho, com vista a acautelar o efetivo descanso dos trabalhadores e o respeito pela sua vida pessoal e familiar, na linha até da Constituição e de várias normas do Código do Trabalho.

Formação profissional, horários de trabalho e conciliação com a vida pessoal e familiar – Quanto a esta temática, o SNQTB pugnou pela harmonização entre as necessidades de formação profissional impostas pela Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros II, o cumprimento dos horários de trabalho e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Pensão de reforma da segurança social e consideração do tempo da banca – O SNQTB defendeu o reconhecimento aos bancários de todos os anos contributivos, no âmbito do regime de proteção social do sector bancário constante das convenções coletivas de trabalho, para vários efeitos no regime geral de segurança social.

No caso, quanto ao acesso à pensão de velhice antecipada ou bonificada, nas condições definidas na lei, o cumprimento do prazo de garantia (mínimo de 15 anos contributivos para acesso à pensão de velhice da segurança social), o acesso à pensão antecipada por desemprego de longa duração e a determinação do fator de bonificação a aplicar no cálculo da pensão, quando esta é requerida depois da idade legal da reforma.

Esta alteração legislativa veio a ser consagrada, o que foi de extrema relevância para todos os trabalhadores bancários, sendo garantida a consideração de todo o tempo de trabalho para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do setor de atividade em que tiver sido prestado.

Reforço da contratação coletiva – O SNQTB tomou posição, de forma clara, sobre a necessidade de reforço da Contratação Coletiva e (re)equilíbrio do seu regime legal, corrigindo a deriva liberal e a desregulação impostas pela “Troika”, de modo a contribuir para um modelo de contratação coletiva forte, como ocorre nos países europeus mais modernos, produtivos e com baixos níveis de desemprego.

Estas preocupações foram transmitidas pelo SNQTB, integrado em delegação da USI, em audiência com o Presidente da República.

3.6. Património

O capítulo relativo a Património, que diz respeito a 2017, reflete os resultados dos primeiros anos de gestão da atual Direção do SNQTB. Era um Departamento inexistente, mas foi reconhecida a sua enorme importância para o correto funcionamento dos serviços, assim como para a proximidade e acolhimento dos nossos Sócios.

Foi um ano de desafios e de obstáculos, uma vez que, do ponto de vista orçamental, o percurso afigurava-se em tudo semelhante ao panorama nacional, quanto à necessidade de contenção da despesa. Tal não impediu que 2017 fosse, para a Direção do SNQTB, um ano de inúmeros exemplos de como o empenho e a dedicação podem contribuir substancialmente para a prossecução dos objetivos delineados em termos do Património, em semelhança às restantes áreas de negócio.

Estas restrições orçamentais limitaram a nossa ação, mas com o contributo dos Serviços Centrais e correspondentes Delegações, foi possível realizarem-se um conjunto de iniciativas que em muito contribuíram para a promoção, melhoramento e otimização dos nossos espaços (medida que visou melhorar as condições de trabalho, contribuindo para uma maior eficiência e produtividade dos nossos serviços, ao nível da operação), para o aproximar dos nossos Sócios ao SNQTB e para o crescimento acentuado de iniciativas nos nossos espaços.

A melhoria é visível para todos quantos utilizam os serviços disponibilizados nas nossas Delegações, uma vez que as mesmas tendem a estar melhor localizadas, com mais visibilidade, mais facilidade de acessos, com uma imagem uniformizada e renovada, com salas/espços de atendimento mais apelativos, e, sobretudo, com salas polivalentes onde se podem realizar reuniões ou eventos e atividades diversas de enriquecimento pessoal e profissional, e especialmente de grande interação.

O lema do SNQTB “Próximos. Acessíveis. Liderantes.” tem vindo assim a ser consubstanciado na prática com um conjunto de ações que visam o reforço da relação de proximidade com os sócios através das:

– DELEGAÇÕES DO SNQTB

São atualmente 12. Em maio de 2017, inaugurámos na cidade de Viseu, reforçando a proximidade ao Distrito de Viseu e Vila Real e, em outubro, na Cidade de Santarém, respondendo a um anseio antigo evidenciado pelos sócios do Ribatejo e da Zona Oeste.

Nas cidades de Leiria, Faro e Funchal mudámos de instalações, reforçando a visibilidade, conforto dos sócios e colaboradores e rendas mais baixas.

Em cada Delegação temos instalado um pequeno auditório para a realização de eventos que têm tido uma adesão significativa.

Estas ações têm sido reconhecidas pelos sócios e pelos bancários em geral, com um crescimento sustentado do número de sócios acompanhados por cada Delegação.

– COMISSÕES SINDICAIS

A presença constante junto dos trabalhadores ativos de cada Banco tem sido possível pela existência de comissários sindicais, verdadeiros embaixadores SNQTB, que auscultam as necessidades dos trabalhadores, promovem as várias iniciativas do Sindicato, asseguram a resolução de problemas e promovem a ligação ao Departamento Jurídico, se e quando necessário.

Em 2017, foram constituídas as Comissões Sindicais do BPI e Santander no Porto e foi reforçada no MillenniumBCP em Coimbra e Lisboa.

O SNQTB está também representado no Novo Banco (Lisboa, Porto e Coimbra), no Santander (Lisboa), no MillenniumBCP (Porto), no EuroBIC, no Banco de Portugal, no Montepio Geral (Lisboa e Porto) e no BPI em Lisboa. A Comissão Sindical no Banco Popular foi integrada no Santander.

3.7. Departamento de Sistemas de Informação

Para o bom funcionamento e desenrolar de todas as atividades desenvolvidas pelo SNQTB é fundamental ter desenvolvimentos informáticos constantes. Eis aqui o resumo das suas atividades:

- **Otimização de estrutura:** cumprindo o desiderato de tornar a estrutura do SNQTB mais otimizada, reduzindo custos, mas mantendo ou ampliando a capacidade de resposta, o DSI levou a cabo, durante o ano de 2017, um conjunto de iniciativas de reestruturação dos seus meios humanos e técnicos, incluindo a revisão de contratos de fornecedores e parceiros. Estas iniciativas resultaram numa poupança anual superior a 510.000€, contribuindo, desta forma, para o aumento da eficiência da organização;
- **Entregas:** durante o ano de 2017, o DSI procurou dar suporte às múltiplas iniciativas de negócio, consubstanciando o seu esforço em entregas com impacto tanto ao nível da melhoria operacional dos serviços como na capacidade de responder às exigências dos associados do SNQTB, através da disponibilização de novas funcionalidades e otimização do serviço prestado. De entre as diversas entregas efetuadas destacam-se as seguintes:
 - **Novo layout do Portal:** portal do sócio com novo layout, novas funcionalidades e design adaptado para ambiente mobile, facilitando a navegação e a interação dos associados com o SNQTB;
 - **Novo Extrato Integrado:** novo documento mensal de resumo de toda a atividade do associado junto do SAMS/ Quadros. A informação de saúde ficou toda disponível num só local, melhorando a capacidade de leitura e o acesso à mesma;
 - **Validação da elegibilidade** do cartão de beneficiário em todas as farmácias associadas da ANF: as farmácias da ANF passaram a reconhecer, de forma eletrónica; a elegibilidade dos cartões SAMS/Quadros;
 - **Equipamento** das novas delegações e substituição do parque de estações de trabalho: ano muito intenso ao nível da renovação do parque informático e do suporte técnico e logístico à abertura das novas delegações do SNQTB.

3.8. SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Segundo estudos recentes da União Europeia sobre a problemática da Reforma, a estimativa da percentagem sobre o último salário assegurado pela Segurança Social em Portugal será de 60% do último salário em 2017 e de 30% do último salário em 2060.

A tendência é para que este valor continue a diminuir ao longo dos anos. Contudo, a poupança para a reforma ainda está longe de ser a necessária para ultrapassar os efeitos desta redução de rendimentos. Segundo o Eurostat, os portugueses têm uma taxa de poupança de 5,8% do seu rendimento disponível, a 4.ª mais baixa da União Europeia. Esta situação repercute-se no investimento para a reforma. Neste sentido, é do conhecimento geral que a atual situação da Segurança Social se traduz, já hoje, numa perda real de rendimento das reformas e diminuição dos valores das pensões, mas vai tornar-se ainda mais problemática no futuro.

Com efeito, dada a fraca natalidade do nosso país e o aumento da esperança de vida, é fácil perceber que, em breve, teremos menos pessoas a contribuir e mais pessoas a beneficiar da Segurança Social. De facto, cada vez mais o financiamento das reformas tenderá a ser feito pelos próprios indivíduos, ao longo da sua vida ativa, pela via da poupança e respetivo investimento. A crescente consciencialização por parte dos investidores da problemática da reforma associada à inevitável incapacidade da Segurança Social de continuar a pagar pensões no futuro é, sem dúvida, uma das causas, se não a causa direta, para o aumento e concentração do investimento nestes veículos, como é o caso dos PPRs.

Esta preocupação crescente com a reforma tem criado uma oportunidade estratégica para as sociedades gestoras de Fundos de Pensões, independentes e com critérios de gestão de ativos pautados

pela responsabilidade, equilíbrio e sustentabilidade de longo prazo. Neste sentido, a SGF tem beneficiado desta oportunidade, sendo que o aumento da atividade e o crescimento registado em 2017 é já resultado deste posicionamento.

O ano de 2017 foi particularmente importante para a SGF, destacando-se positivamente, entre outros, o crescimento do volume de ativos sob gestão, as rendibilidades registadas, o aumento de capital realizado e a criação de um novo PPR em parceria com a MDS – Corretor de Seguros e Risco e o Banco BIG.

A SGF registou um aumento do volume de ativos sob gestão de 10%, tendo superado largamente o crescimento do mercado dos fundos de pensões em Portugal. Este crescimento deve-se sobretudo a um ano que fica marcado pelo desenvolvimento de uma nova dinâmica que se traduziu no lançamento de uma nova assinatura “o Valor da Independência”. Com esta nova abordagem, a SGF teve como objetivo destacar a sua independência face a qualquer grupo financeiro, posicionando-se como a maior sociedade gestora independente a nível nacional no mercado dos fundos de pensões e PPR. Por outro lado, a consultoria na gestão do património dos fundos por parte da Golden Assets, o desenvolvimento de campanhas alusivas à poupança, os recentes aumentos de capital, entre outros, contribuíram para um acréscimo significativo de novas subscrições, reforços e transferências de Fundos de Pensões e PPR.

Por outro lado, a rentabilidade de alguns produtos permitiu à SGF posicionar-se no primeiro quartil de alguns rankings da APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios. Estas rentabilidades registadas são o resultado da reformulação da estratégia de mercado e da reestruturação das carteiras dos Fundos e PPR, que resultou no acordo de consultadoria na gestão dos patrimónios celebrado com a Golden Assets no final de 2016. Com esta parceria, a SGF passou a adotar uma política de investimentos diversificada, prudente e com uma visão de longo prazo, mais adequada para garantir uma gestão profissional e rigorosa, ajustada ao perfil de risco de cada cliente.

Com este acordo de aconselhamento, a SGF passou a contar com o apoio de uma equipa muito alargada de research especializado e acesso a produtos (nomeadamente fundos de investimento) que, de outra forma, não seria possível. Destaca-se a manutenção da autonomia da empresa, embora as duas empresas partilhem princípios comuns, nomeadamente a independência e a ausência de conflitos de interesses. Desta forma, a SGF passou a oferecer aos seus clientes de fundos de pensões e PPRs acesso a um serviço de private banking na sua componente de gestão de ativos.

Em setembro de 2017, realizou-se um aumento de capital de 300.000€. Este incremento reflete o bom momento em que a sociedade gestora se encontra e ocorre com o objetivo de dinamizar e reforçar a atividade, tendo em vista o contínuo crescimento do negócio.

A estrutura acionista manteve-se intacta e estável, sendo que a Golden Assets reforçou a sua posição com a aquisição de ações, o que lhe permite consolidar a sua posição acionista. A acompanhar o aumento esteve o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) bem como o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC).

Em novembro, a SGF e o braço segurador do Grupo Sonae, a MDS – Corretor de Seguros e Risco, em parceria com o BIG – Banco de Investimento Global, lançaram o PPR MDS Equilíbrio, um inovador Plano de Poupança Reforma. Constituído sob a forma de unidades de participação, o PPR MDS Equilíbrio é destinado a investidores com uma reduzida tolerância ao risco que procuram o retorno do seu capital a médio/longo prazo, através de uma diversificação de riscos e de uma política de investimento com risco moderado, investindo principalmente em títulos de rendimento fixo.

A SGF terá a seu cargo a gestão administrativa deste produto, tendo mandatado para a gestão financeira o Banco BIG. O PPR MDS Equilíbrio é o primeiro plano de poupança reforma lançado por um corretor de seguros, sendo comercializado em exclusivo pela MDS.

No seu trigésimo aniversário, a SGF é hoje uma sociedade gestora de Fundos de Pensões mais sólida, robusta e competitiva, disponibilizando e oferecendo um conjunto de soluções adequado e adaptado às necessidades e exigências do mercado de Fundos de Pensões.

Em 2018, e tendo em conta as alterações legislativas recentemente aprovadas (Decreto-Lei 127/2017, que permite a flexibilização de reforma em planos de contribuição definida) que irão dar origem ao desenvolvimento de novas soluções ao nível do recebimento dos benefícios constituídos na lógica dos complementos de reforma, a SGF passará a garantir o pagamento desses benefícios aos clientes. Estas alterações representam uma oportunidade para a SGF apresentar as melhores soluções para os seus clientes no momento da passagem à reforma.

No próximo ano, a SGF deverá continuar a beneficiar da crescente consciencialização da população para a problemática da reforma e do seu posicionamento de sociedade gestora independente de grupos financeiros, prevendo-se a continuação do aumento da atividade e do crescimento registado dos ativos sob gestão.

| 31

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no Art.º 55 dos Estatutos, a Direção propõe a este Conselho Geral a seguinte distribuição do Resultado Líquido de 966.305,19:

Reserva legal:	96.630,52
Reserva especial de greve:	869.674,67

32

Notas às Contas





Balço em 31 de dezembro de 2017/euro

RUBRICAS		NOTAS	2017	2016
ATIVO				
Ativo não corrente				
43(s/432)+453-459	Ativos fixos tangíveis	5	5 300 392,39	6 442 031,28
42+452-459	Propriedades de investimento	6	26 607 351,80	26 099 651,05
44	Ativos intangíveis	7	420 777,35	786 849,63
412	Investimentos financeiros (método de equivalência patrimonial)	8	553 466,30	640 076,15
41-412	Outros Investimentos financeiros		533 619,53	550 317,91
			33 415 607,37	34 518 926,02
Ativo corrente				
211+212-219	Clientes	9	1 288 390,33	1 178 320,36
	Sócios – SAMS		1 138 011,99	1 061 033,57
	Sócios – FPA		54 797,39	60 332,50
	Sócios – Turismo		69 070,02	23 387,31
	Sócios – Sindicato		26 510,93	33 566,98
	Outros		4 358,41	6 545,87
228+2713	Adiantamentos a fornecedores		4 358,41	6 545,87
24	Estado e outros entes públicos	10		1 285,12
26	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	2 775 928,82	2 946 610,53
231/2+238- 239+2721+277/8- 279+221	Outros créditos a receber	12	5 247 136,76	5 379 666,17
281	Diferimentos	13	232 412,80	311 155,11
1411+1421	Ativos financeiros detidos para negociação	14	1 770 116,17	2 031 601,17
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	15	10 093 844,03	6 635 470,48
			21 412 187,32	18 490 654,81
	Total do ativo		54 827 794,69	53 009 580,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
51	Fundos	16		
55	Reservas		23 151 889,94	23 011 168,10
56	Resultados transitados		5 047 912,69	4 434 654,25
57	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		-338 002,04	-338 002,04
818	Resultado líquido do período		966 305,19	703 609,21
	Total do fundo de capital		28 828 105,78	27 811 429,52
PASSIVO				
Passivo não corrente				
25+12	Financiamentos obtidos	18	6 845 238,16	7 940 476,24
237+2711/2+275	Outras dívidas a pagar	19		
			6 845 238,16	7 940 476,24
Passivo corrente				
221+222+225	Fornecedores	17	6 531 969,90	6 922 951,33
218+276	Adiantamentos de clientes		666,86	392,29
24	Estado e outros entes públicos	10	217 349,62	226 798,84
26	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	180 395,30	92 617,25
25+12	Financiamentos obtidos	18	1 095 238,08	1 096 816,42
282	Diferimentos	13	4 639 484,75	2 147 725,79
231/8+2711/2 +2722+277/8+211	Outras dívidas a pagar	19	6 489 346,24	6 770 373,15
			19 154 450,75	17 257 675,07
	Total do passivo		25 999 688,91	25 198 151,31
	Total do capital próprio e do passivo		54 827 794,69	53 009 580,83

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017 /euro

	NOTAS	2017	2016
Contribuições e Quotizações	20	46 690 455,83	49 018 425,62
+7221 Contribuições		38 918 881,62	41 446 660,18
72211 SAMS – Entidade Patronal		30 779 435,07	33 577 994,57
72212 SAMS – Sócio		8 139 446,55	7 868 665,61
+7222 Quotizações		5 168 843,01	5 044 688,63
+7223 Fundo Privativo de Assistência		2 527 056,20	2 451 776,81
+725 Serviços secundários		75 675,00	75 300,00
Atividade Sindical	21	-37 983 757,59	-39 301 807,93
-6111 Assistência na doença (SAMS)		-35 107 221,53	-35 762 742,10
-61111 Comparticipação – Faturação		-18 778 866,34	-18 878 257,80
-61112 Comparticipação – Direta		-12 070 583,86	-12 643 777,10
-61113 Farmácias		-4 014 349,59	-3 945 035,24
-61114->8 Subsídios		-243 421,74	-295 671,96
-6112 Fundo Privativo de Assistência		-2 784 942,93	-3 491 247,81
-61121->2 Direto/Complementar		-2 493 389,93	-3 171 556,31
-61123 Subsídios		-291 553,00	-319 691,50
-612 Atividade Sindical – outros		-91 593,13	-47 818,02
-62 Fornecimentos e serviços externos	22	-2 588 897,37	-2 779 641,83
-63 Gastos com o pessoal	23	-3 827 132,87	-4 309 552,37
-631-6351 Órgãos sociais		-652 081,85	-652 534,36
-632-6352/7-636/8 Pessoal		-3 175 051,02	-3 657 018,01
-651+7621 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	-25 075,88	64 115,51
-65(s/651/2)+762(s/7621/2) Outras imparidades (perdas/reversões)			-71 171,44
+77-66 Aumentos/reduções de justo valor	25	-339 244,61	-87 375,00
+785-685 Rendim./gastos em subsid., associadas e empr. conjuntos	26	-116 996,07	-221 783,03
+78(s/785)+79162/9+792 Outros rendimentos e ganhos	27	439 898,22	326 064,93
-68(s/685)-6918-6928-6988 Outros gastos e perdas	28	-494 467,84	-890 519,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 754 781,82	1 746 754,99
-64+761 Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-788 456,18	-854 260,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		966 325,64	892 494,16
+79(s/79162/9+792) Juros e rendimentos similares obtidos	30	346 057,45	94 530,91
-6911-6921-6981 Juros e gastos similares suportados	31	-195 966,75	-260 845,07
811 Resultado antes de impostos		1 116 416,34	726 180,00
812 Imposto sobre o rendimento do período		-150 111,15	-22 570,79
818 Resultado líquido do período		966 305,19	703 609,21

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 /euro

RUBRICAS	Fundos	Reservas legais	Reserva Especial de Greve
Posição em 01-01-2016	25 000 000,00	412 801,04	412 801,04
Alterações no período			
Aplicação do resultado líquido			
Outras alterações	-25 000 000,00	2 042 783,01	2 042 783,01
	-25 000 000,00	2 042 783,01	2 042 783,01
Resultado líquido do período			
Resultado extensivo			
Operações com instituidores no fim do período			
Outras operações			
Posição em 31-12-2016		2 455 584,05	2 455 584,05
Alterações no período			
Aplicação do resultado líquido		70 360,92	70 360,92
Outras alterações			5 600 000,00
		70 360,92	5 670 360,92
Resultado líquido do período			
Resultado extensivo			
Operações com instituidores no fim do período			
Fundos			
Posição em 31-12-2017		2 525 944,97	8 125 944,97

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS

Outras Reservas	Outras variações em fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido período	Total
	-338 002,04	14 637 659,37	-13 017 439,12	27 107 820,29
		-13 017 439,12	13 017 439,12	
18 100 000,00	0,02	2 814 433,98		0,02
18 100 000,00	0,02	-10 203 005,14	13 017 439,12	0,02
			703 609,21	703 609,21
			13 721 048,33	703 609,23
18 100 000,00	-338 002,02	4 434 654,23	703 609,21	27 811 429,52
		562 887,37	-703 609,21	
-5 600 000,00		50 371,09		50 371,09
-5 600 000,00		613 258,46	-703 609,21	50 371,09
			966 305,19	966 305,19
			262 695,98	1 016 676,28
12 500 000,00	-338 002,02	5 047 912,69	966 305,19	28 828 105,80

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017/euro

RUBRICAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais – método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	3 072 657,45	2 875 074,46
Pagamentos de subsídios	-13 612 104,60	-14 381 364,41
Pagamento a fornecedores	-31 245 370,05	-33 290 868,72
Pagamentos ao pessoal	-2 171 260,13	-2 401 759,51
Caixa gerada pelas operações	-43 956 077,33	-47 198 918,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	722,62	-7 017,07
Outros recebimentos/pagamentos	48 588 775,41	49 458 879,71
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	4 633 420,70	2 252 944,46
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-91 335,86	-594 659,15
Ativos intangíveis	-226 503,74	-274 379,61
Investimentos financeiros	-170 150,00	
Outros ativos		-143 799,79
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	334 049,46	251 731,77
Outros ativos		4 202 873,79
Juros e rendimentos similares	60 326,60	70 887,71
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-93 613,54	3 512 654,72
Fluxos de caixa das actividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-1 578,34	600 650,02
Outras operações de financiamento	228 049,16	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 095 238,08	-2 695 538,08
Juros e gastos similares	-212 666,35	-288 929,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1 081 433,61	-2 383 817,84
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	3 458 373,55	3 381 781,34
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 635 470,48	3 253 689,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 093 844,03	6 635 470,48

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Notas às Demonstrações Financeiras

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (“Sindicato” ou “SNQTB”), com número de identificação fiscal 501.403.736, tem a sua sede na Rua Pinheiro Chagas, n.º 6, 1050-177 LISBOA.

O Sindicato foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de junho de 1983, tendo iniciado a sua atividade em 1984. Tem como objeto social a representação dos quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da atividade bancária.

O programa SAMS/QUADROS foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação coletiva em julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de agosto de 1992. O início de atividade ocorreu em 1 de janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS/QUADROS, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS/QUADROS é exercida, por delegação da Direção do Sindicato, por um Conselho Diretivo. Este programa tem como objeto a proteção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de caráter social.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 28 de março de 2018.

As quantias estão expressas em Euros, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Os normativos acima indicados mereceram as conseqüentes adaptações, em função das necessidades de relato financeiro, específicas, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SNQTB.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Sindicato.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do SNQTB de acordo com o SNC – ESNL.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, o Sindicato adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;
- A Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprovou o Código de Contas;
- A Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (“ESNL”);
- O Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto na NCRF-ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pelo Sindicato foram as que se seguem.

A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade. São depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

B) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento estão mensuradas ao justo valor, de acordo com as determinações da “NCRF 11 – Propriedades de Investimento”, determinado na base de uma valorização anual efetuada por um avaliador independente, refletindo as condições de mercado à data do balanço.

Até 2016, estes ativos estavam registados ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. São amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização e para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

ATIVO INTANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Programas de computador	3 anos

D) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As participações financeiras em associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais o Sindicato exerce uma influência significativa e que não são nem subsidiárias nem empreendimentos conjuntos. Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada dos investimentos:

- Foi aumentada ou diminuída para reconhecer a parte nos resultados das participadas depois da data da aquisição;
- Foi diminuída pelas distribuições de resultados recebidas;
- Foi aumentada ou diminuída para refletir, por contrapartida de capital próprio, alterações no interesse proporcional do Sindicato nas participadas resultantes de alterações nos capitais próprios destas que não tenham sido reconhecidas nos respetivos resultados.

Na mensuração destes investimentos foram ainda respeitadas as seguintes disposições relativas à aplicação deste método:

- As demonstrações financeiras das participadas já estavam preparadas, ou foram ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as mesmas políticas contabilísticas do Sindicato antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial;
- As demonstrações financeiras das participadas usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial reportam-se à mesma data das do Sindicato;
- Os resultados provenientes de transações “ascendentes” e “descendentes” entre o Sindicato e as suas associadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras do investidor somente na medida em que correspondam aos interesses de outros investidores nessas associadas;
- Quando o valor do investimento fica reduzido a zero, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo sempre que o Sindicato incorre em obrigações legais

ou construtivas. Quando posteriormente as associadas registam lucros, o Sindicato retoma o seu reconhecimento apenas após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

O Sindicato utiliza o modelo do justo valor para valorizar as participações financeiras em entidades cujos títulos são negociados publicamente e que não sejam subsidiárias, associadas nem empreendimentos conjuntos. As variações ocorridas no justo valor destas participações são reconhecidas em resultados.

O Sindicato utiliza o modelo do custo (que inclui custos de transação), líquido de perdas por imparidade, para participações financeiras em:

- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Sindicato;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente instrumentos de capital próprio em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

E) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Sindicato avalia a imparidade destes ativos no final do ano sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações, tendo em conta o tipo de ativos que o sindicato possui:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de "Outras imparidades (perdas/reversões)".

F) IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, o mesmo é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais e de capitais sujeitos.

O Sindicato não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da atividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

G) ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica inclui outros instrumentos financeiros detidos para negociação e são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor são reconhecidos nos resultados do período.

Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto;
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

| 43

H) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NÃO MENCIONADOS ANTERIORMENTE)

Os outros ativos financeiros não incluídos nas alíneas anteriores podem classificar-se como segue:

- Empréstimos e créditos a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

No Sindicato estão registados apenas ativos classificados como “Empréstimos e contas a receber”. Incluem-se nesta classificação os seguintes saldos:

- Clientes;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outros créditos a receber.

Estes saldos estão mensurados, aquando do reconhecimento, de acordo com os critérios de mensuração de “Contribuições e quotizações” descritos na alínea L). Subsequentemente são mensuradas ao custo, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Incluem-se igualmente nesta classificação de ativos financeiros os Adiantamentos a fornecedores os quais são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente ao custo, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano, o Sindicato avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro pode estar em imparidade tem em conta dados observáveis que chamem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber” (perdas/reversões).

No final do exercício estes saldos representam o respetivo valor realizável líquido.

I) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

J) FUNDOS PATRIMONIAIS

Em Reservas temos os seguintes itens:

- Reserva legal;
- Reserva especial de greve;
- Reserva F.C.S.;
- Reserva especial de investimento;
- Reserva para garantia de benefícios;
- Reserva Fundação Social Bancária.

Em Resultados transitados estão acumulados os resultados registados em períodos anteriores.

Em Ajustamentos em ativos financeiros estão reconhecidos os ajustamentos de MEP referente às entidades onde o Sindicato detém uma participação financeira.

K) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a sua substância contratual, independentemente da forma legal que assumam, e podem classificar-se como segue:

- Passivos financeiros valorizados pelo justo valor através de resultados;
- Empréstimos bancários;
- Dívidas a pagar.

No Sindicato estão registados apenas passivos classificados como “Empréstimos bancários” e “Dívidas a pagar”.

Os Empréstimos bancários são valorizados pelo seu custo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

Em dívidas a pagar incluem-se os seguintes saldos:

- Fornecedores;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outras dívidas a pagar.

Estes saldos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo.

L) CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

M) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados significativos.

| 45

N) JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas mais relevantes a 31 de dezembro de 2017 estão associadas a:

- Determinação do justo valor;
- Determinação de perdas por imparidade de ativos financeiros e não financeiros.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício ocorreu uma alteração de política contabilística, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

As Propriedades de Investimento, anteriormente registados ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, passaram a ser mensuradas ao justo valor, de acordo com as determinações da “NCRF 11 – Propriedades de Investimento”.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

	Saldo 01/01/17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências (Nota 6)	Saldo 31/12/17
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	1 534 273,74			-322 056,25	1 212 217,49
Edifícios e outras construções	6 081 873,59			-1 019 806,62	5 062 066,97
Equipamento básico	1 764 200,82				1 764 200,82
Equipamento administrativo	1 744 543,63	77 906,78	-4 519,67		1 817 930,74
Outros ativos fixos tangíveis	137 332,68	13 429,08			150 761,76
	11 262 224,46	91 335,86	-4 519,67	-1 341 862,87	10 007 177,78
Depreciações e perdas por imparidade					
Terrenos e recursos naturais	276 042,18			-123 083,99	152 958,19
Edifícios e outras construções	2 204 213,74	105 074,97		-482 801,08	1 826 487,63
Equipamento básico	804 030,21	276 497,85			1 080 528,06
Equipamento administrativo	1 424 899,08	108 035,92	-2 419,55		1 530 515,45
Outros ativos fixos tangíveis	111 007,97	5 288,09			116 296,06
	4 820 193,18	494 896,83	-2 419,55	-605 885,07	4 706 785,39
Valor Líquido	6 442 031,28				5 300 392,39

	Saldo 01/01/16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31/12/16
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	1 534 273,74				1 534 273,74
Edifícios e outras construções	6 081 873,59				6 081 873,59
Equipamento básico	1 245 601,30	518 599,52			1 764 200,82
Equipamento administrativo	1 684 065,58	76 059,63	-15 581,58		1 744 543,63
Outros ativos fixos tangíveis	137 332,68				137 332,68
	10 683 146,89	594 659,15	-15 581,58		11 262 224,46
Depreciações e perdas por imparidade					
Terrenos e recursos naturais	276 042,18				276 042,18
Edifícios e outras construções	2 099 138,77	105 074,97			2 204 213,74
Equipamento básico	523 266,19	280 764,02			804 030,21
Equipamento administrativo	1 337 808,47	102 672,19	-15 581,58		1 424 899,08
Outros ativos fixos tangíveis	99 609,46	11 398,51			111 007,97
	4 335 865,07	499 909,69	-15 581,58		4 820 193,18
Valor Líquido	6 347 281,82				6 442 031,28

Os valores indicados na coluna "Transferências" dizem respeito aos valores de três imóveis que, por terem sido arrendados, foram reclassificados como Propriedades de Investimento (Nota 6).

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

	Saldo 01/01/17	Aquisições / Dotações	Transferências (Nota 5)	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31/12/17
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	15 989 000,00			-819 000,00	15 170 000,00
Libervita Porto Santo	7 678 151,05			617 848,95	8 296 000,00
Libervita Porto – Campanhã	2 432 500,00			-27 126,00	2 405 374,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)			241 413,26		241 413,26
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)			362 542,52		362 542,52
Escritório Coimbra, Piso 1-C			132 022,02		132 022,02
Propriedades de investimento em curso					
	26 099 651,05		735 977,80	-228 277,05	26 607 351,80

| 47

	Saldo 01/01/16	Aquisições / Dotações	Abates	Justo Valor	Saldo 31/12/16
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	19 599 786,30				19 599 786,30
Libervita Porto Santo	10 604 791,78	143 799,79			10 748 591,57
Propriedades de investimento em curso	2 645 760,07				2 645 760,07
	32 850 338,15	143 799,79			32 994 137,94
Depreciações e perdas por imparidade					
Libervita Alcabideche	3 610 786,30				3 610 786,30
Libervita Porto Santo	2 771 291,78	299 148,74			3 070 440,52
Propriedades de investimento em curso	213 260,07				213 260,07
	6 595 338,15	299 148,74			6 894 486,89
Valor Líquido	26 255 000,00				26 099 651,05

Em 2017, as Propriedades de Investimento encontram-se mensuradas ao justo valor, determinado na base de valorização anual efetuada por um avaliador independente, refletindo as condições de mercado à data do balanço.

O terreno localizado em Campanhã – Porto, antes registado em “Propriedades de Investimento em curso”, passou a ser registado em Propriedades de Investimento, uma vez que se encontra para venda.

Conforme referido no ponto anterior, a coluna “Transferências” inclui os valores líquidos de 3 imóveis arrendados, tendo sido transferidos de Ativos Fixos Tangíveis.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

	Saldo 01/01/17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31/12/17
Ativos intangíveis					
Programas de computador	3 355 321,76	226 503,74			3 581 825,50
Propriedade industrial	64 339,67				64 339,67
	3 419 661,43	226 503,74			3 646 165,17
Depreciações e perdas por imparidade					
Programas de computador	2 620 694,66	591 289,23			3 211 983,89
Propriedade industrial	12 117,14	1 286,79			13 403,93
	2 632 811,80	592 576,02			3 225 387,82
Valor Líquido	786 849,63				420 777,35

	Saldo 01/01/16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31/12/16
Ativos intangíveis					
Programas de computador	3 082 832,15	274 379,61	-1 890,00		3 355 321,76
Propriedade industrial	64 339,67				64 339,67
	3 147 171,82	274 379,61	-1 890,00		3 419 661,43
Depreciações e perdas por imparidade					
Programas de computador	2 568 693,11	53 891,55	-1 890,00		2 620 694,66
Propriedade industrial	10 830,32	1 286,82			12 117,14
	2 579 523,43	55 178,37	-1 890,00		2 632 811,80
Valor Líquido	567 648,39				786 849,63

Em 2017, o montante de 591.289,23 inclui uma correção da depreciação do exercício anterior no valor de 299.016,67, registrado em "Outros Gastos e Perdas – Correções de Exercícios Anteriores (Nota 28).

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Sindicato detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

	31-12-2017	31-12-2016
Investimentos noutras empresas		
Dossier Novo Banco		
Ações:		
B. Internacional Funchal	43 863,41	43 863,41
Banco Espírito Santo	611 503,85	611 503,85
	655 367,26	655 367,26
Dossier BPG		
Ações:		
B. Português de Gestão	436 520,00	436 520,00
Dossier BANIF		
Ações:		
B. Internacional Funchal	12 274,96	12 274,96
Obrigações:		
Banif 2009-2019	600 000,00	600 000,00
	612 274,96	612 274,96
Outros		
Fundos:		
InovCapital Universitas (F.Capital Risco)	265 312,98	282 845,00
Total dos investimentos noutras empresas	1 969 475,20	1 987 007,22
Fundo de Compensação do Trabalho	2 715,82	1 882,18
Perdas por imparidade acumuladas		
Participações de capital		
Banco Espírito Santo	-611 503,85	-611 503,85
B. Internacional Funchal	-56 138,37	-56 138,37
B. Português de Gestão	-170 929,27	-170 929,27
Obrigações		
Banif 2009-2019	-600 000,00	-600 000,00
	-1 438 571,49	-1 438 571,49
Total dos investimentos financeiros	533 619,53	550 317,91

As imparidades reconhecidas no exercício resultam da comparação dos valores contabilísticos com os valores de mercado das participações financeiras.

	31-12-2017	31-12-2016
Investimentos em associadas		
Ações/Quotas:		
SGF – S. Gest. Fundos Pensões	501 835,81	590 407,12
Mediação Independente de Seguros, Ld. ^a	20 449,41	24 724,17
	522 285,22	615 131,29
Prestações suplementares:		
Mediação Independente de Seguros, Ld. ^a	31 181,08	24 944,86
Total dos investimentos financeiros em associadas	553 466,30	640 076,15

Os movimentos ocorridos nos investimentos em associadas ao MEP apresentam o seguinte detalhe:

	MIS	SGF	Total
Saldo a 01.01.2016	36 654,11	725 260,21	761 914,32
Aumento de participação		75 000,00	75 000,00
Outras Variações	-5 698,08	-17 179,01	-22 877,09
Prestações suplementares	24 944,86		24 944,86
Resultado Líquido do Ano	-6 231,86	-192 674,08	-198 905,94
Saldo a 31.12.2016	49 669,03	590 407,12	640 076,15
Redução de participação	-1 000,00	-95 907,59	-96 907,59
Aumento de participação	20 000,00	170 150,00	190 150,00
Outras Variações	-13 128,01	-0,73	-13 128,74
Prestações suplementares	6 236,22		6 236,22
Resultado Líquido do Ano	-10 146,75	-162 812,99	-172 959,74
Saldo a 31.12.2017	51 630,49	501 835,81	553 466,30

50 |

Os movimentos acima resultam da aplicação da percentagem de participação do sindicato aos capitais próprios e resultados do exercício das associadas.

A posição do Ativo, Passivo e Capital Próprio das associadas, a 31 de dezembro de 2017, é o seguinte:

	MIS	SGF
Activo		
Activo não corrente	10 500,00	49 339,72
Activo corrente	24 872,27	1 780 503,86
Total do Activo	35 372,27	1 829 843,58
Capital Próprio		
Capital	100 000,00	1 800 000,00
Reservas		115 370,25
Outros instrumentos de capital próprio	31 181,08	
Resultados transitados	-100 275,87	-743 483,08
	30 905,21	1 171 887,17
Resultado Líquido do período	-10 249,24	-287 066,61
Total do Capital Próprio	20 655,97	884 820,56
Passivo		
Passivo não corrente	5 846,78	
Passivo corrente	8 869,52	945 023,02
Total do Passivo	14 716,30	945 023,02

Em fevereiro de 2017, o Sindicato alienou 33.000 ações da SGF, ao valor nominal de 5€/ação, à “Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais”.

Em setembro, a SGF procedeu a um aumento de capital, tendo o Sindicato adquirido 34.030 ações, passando a ser detentor de 56,7161% do capital da SGF, correspondendo a 204.178 ações.

Em maio de 2017, o Sindicato reforçou a sua posição na MIS, através da compra da quota da USI – União dos Sindicatos Independentes, assim como das prestações suplementares, por contrapartida da amortização da dívida que a USI tinha no Sindicato.

Na mesma data, o Sindicato procedeu à divisão da sua participação na MIS em duas quotas, uma no valor de 99.000€ e outra de 1.000€, quota esta alienada à FSB – Fundação Social Bancária.

9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Sócios – Empréstimos SAMS	1 461 119,89	1 312 663,48
Sócios – Empréstimos FCS	72 084,44	88 362,52
Sócios – Empréstimos Turismo	4 947,55	4 947,55
Sócios – Empréstimos Sindicato	81 419,25	35 736,54
	1 619 571,13	1 441 710,09
Bancos – Contrib/Quotizações/Atz	23 319,74	26 379,68
Diversos	1 147,74	2 272,74
Sócios – Contencioso	21 172,01	24 472,26
Sócios – Acerto ATZ'z	12 881,11	11 680,29
Sócios – Cartão SAMS/Utente	1 845,00	3 480,00
	60 365,60	68 284,97
	1 679 936,73	1 509 995,06
Perdas por imparidades acumuladas		
Sócios – Empréstimos SAMS	-323 107,90	-251 629,91
Sócios – Empréstimos FCS	-17 287,05	-28 030,02
Sócios – Empréstimos TURISMO	-4 947,55	-4 947,55
Sócios – Empréstimos SINDICATO	-12 349,23	-12 349,23
Utentes – Outros	-33 854,67	-34 717,99
	-391 546,40	-331 674,70
	1 288 390,33	1 178 320,36

| 51

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica discrimina-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO		
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		1 285,12
		1 285,12
PASSIVO		
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	76 821,17	
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	50 401,12	70 742,17
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	18 759,54	50 624,69
Segurança Social	71 292,69	89 155,13
Outras tributações	75,10	16 276,85
	217 349,62	226 798,84

A rubrica IRC a pagar refere-se a tributação relativa à atividade não sindical e que, por isso, não está isenta de tributação em IRC.

11. FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

52 |

	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO		
Contribuições / quotizações / fundo de pensões		
Contribuições	2 285 442,59	2 461 299,54
Quotizações	320 129,80	306 759,98
F.C.S.	155 455,46	147 788,31
Fundo de Pensões	2 843,65	14 518,19
Beneficiários c/ + 25 anos	11 825,00	13 960,00
	2 775 696,50	2 944 326,02
Sócios – participações / subsídios		
SAMS – 3.ª Idade		2 151,52
SAMS – Ensino especial	99,33	
	99,33	2 151,52
Utilizadores GALP-Frota		
Valores a receber	14 916,58	14 321,57
Sócios – diversos		
Outros movimentos – a receber	135,50	135,50
Perdas por imparidade acumuladas		
	-14 919,09	-14 324,08
	2 775 928,82	2 946 610,53

Nestas rubricas encontram-se registados essencialmente os valores a receber dos associados/membros referentes às contribuições/quotizações.

	31-12-2017	31-12-2016
PASSIVO		
Sócios – participações / subsídios		
Participações SAMS/FCS	170 542,78	82 407,70
SAMS – 3.ª Idade	3 847,96	
SAMS – Ensino especial		703,68
FCS – Subsídio Infantil	5 932,44	9 489,43
SAMS – Subsídio de Invalidez	72,12	16,44
	180 395,30	92 617,25

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica tem, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal		
Adiantamentos ao pessoal	38 204,42	42 129,55
Outras operações c/ o pessoal	387,97	371,67
	38 592,39	42 501,22
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	4 675,72	9 034,01
Rappel BP	10 485,64	7 797,09
Outros acréscimos de rendimentos		1 100,70
	15 161,36	17 931,80
Encontros de contas		
Faturação de Saúde	5 105 358,29	5 268 100,49
Intermediários		
Corretores	57,26	57,26
Turismo	2 642,09	7 897,32
Sócios – utilização GALP-Frota	29 594,49	33 493,87
	32 293,84	41 448,45
Outros	188 738,29	178 082,45
	5 380 144,17	5 548 064,41
Perdas por imparidades acumuladas		
Devedores diversos	-133 007,41	-168 398,24
	5 247 136,76	5 379 666,17

| 53

O valor registado em “Faturação de Saúde” diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro e que estão em conferência, para apuramento do gasto efetivo do Sindicato e correspondente valor de responsabilidade do sócio.

A 31 de dezembro, o gasto a cargo do Sindicato foi estimado, com base na percentagem de participação média do ano (Nota 19).

13. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica engloba os seguintes saldos:

	31-12-2017	31-12-2016
Gastos a reconhecer		
Aluguer de instalações	5 723,72	3 650,83
Seguros	52 578,31	48 968,66
Contratos de Assistência	138 194,21	220 110,38
Aluguer de equipamento	20 858,90	28 772,04
Outros	15 057,66	9 653,20
	232 412,80	311 155,11
Rendimentos a reconhecer		
Contribuições	4 588 234,75	2 100 225,79
Exploração do Hotel	47 500,00	47 500,00
Arrendamento de Instalações	3 750,00	
	4 639 484,75	2 147 725,79

O valor registado em “Rendimentos a reconhecer – Contribuições” refere-se aos valores recebidos de diversos Bancos, relativos aos Protocolos assinados na sequência de processos de rescisão por mútuo acordo, com a possibilidade de os sócios do sindicato terem SAMS vitalício, tendo os bancos efetuado o pagamento à cabeça do valor correspondente à sua participação.

Este valor respeita essencialmente às participações do Novo Banco e Oitante, sendo o proveito diferido por 31 anos, com base no cálculo efetuado pela entidade empregadora, correspondente ao somatório das contribuições futuras que o empregador teria de entregar desde a data de cessação do contrato de trabalho até à data do 85º aniversário de nascimento de cada trabalhador elegível.

Igualmente, inclui os valores recebidos relativos às contribuições recebidas de ex-sócios que manifestaram a intenção de permanecerem beneficiários do SAMS/Quadros.

14. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estão incluídos nesta rubrica os seguintes saldos:

	31-12-2017	31-12-2016
Negociados na Carnegie		
Ações:		
Growth Value (i)	190 000,00	190 000,00
Negociados na LusoPartners		
Fundos:		
Fundo especial investimento EUR	4 896,17	4 896,17
Negociados no Novo Banco 0055-4810-0271		
Papel Comercial:		
Papel Comercial Rio Forte 34.ª Em. (ii)	1 000 000,00	1 000 000,00
Negociados no Novo Banco 0073-9576-0000		
Fundos:		
Fundo Investimento Imobiliário (Imosocial)	1 030 220,00	1 366 180,00
Negociados na CGD		
Obrigações:		
CGD 2009/2019 Anivers.	735 000,00	660 525,00
	2 960 116,17	3 221 601,17
Perdas por imparidade acumuladas		
Activos financeiros	-1 190 000,00	-1 190 000,00
	1 770 116,17	2 031 601,17

| 55

- i) Corre os seus termos uma ação judicial contra a Carnegie Investimentos, em liquidação, com vista à recuperação do saldo desta conta. Por prudência foi reconhecida uma imparidade sobre o montante total em dívida (190.000€);
- ii) Face à situação de insolvência da sociedade, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre a totalidade do saldo investido (1.000.000€).

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do Balanço e a rubrica “Caixa e seus equivalentes” da demonstração dos fluxos de caixa, encontrava-se com os seguintes saldos:

	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	7 565,01	5 529,48
Depósitos à Ordem	9 268 194,65	5 049 018,56
Depósitos a Prazo:		
NB 1004 3317 4351 (DP 3 anos)		239 421,00
NB 1004 3318 1626 (DP 10 anos capitalizável)	240 052,02	232 536,96
NB 1004 3252 1541 (DP 3 anos)		549 028,00
NB 1004 3253 2405 (DP 10 anos capitalizável)	578 032,35	559 936,48
	818 084,37	1 580 922,44
	10 093 844,03	6 635 470,48

16. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as variações ocorridas estão relacionadas com os seguintes eventos:

	Saldo 01/01/17	Aumentos	Diminuições	Saldo 31/12/17
Fundos				
Reserva legal	2 455 584,05	70 360,92		2 525 944,97
Reserva especial de greve	2 455 584,05	70 360,92	5 600 000,00	8 125 944,97
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 800 000,00			1 800 000,00
Reserva especial de investimento	5 600 000,00		-5 600 000,00	
Reserva para garantia de benefícios	10 000 000,00			10 000 000,00
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
	23 011 168,10	140 721,84		23 151 889,94
Resultados transitados	4 434 654,25	753 980,28	-140 721,84	5 047 912,69
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	703 609,21	966 305,19	-703 609,21	966 305,19
Valor Líquido	27 811 429,52	1 861 007,31	-844 331,05	28 828 105,78

	Saldo 01/01/16	Aumentos	Diminuições	Saldo 31/12/16
Fundos	25 000 000,00		-25 000 000,00	
Reserva legal	412 801,04	2 042 783,01		2 455 584,05
Reserva especial de greve	412 801,04	2 042 783,01		2 455 584,05
Reserva Fundo Complementar de Saúde		1 800 000,00		1 800 000,00
Reserva especial de investimento		5 600 000,00		5 600 000,00
Reserva para garantia de benefícios		10 000 000,00		10 000 000,00
Fundação Social Bancária		700 000,00		700 000,00
	25 825 602,08	22 185 566,02	-25 000 000,00	23 011 168,10
Resultados transitados	14 637 659,37	2 814 434,00	-13 017 439,12	4 434 654,25
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	-13 017 439,12	703 609,21	13 017 439,12	703 609,21
Valor Líquido	27 107 820,29	25 703 609,23	-25 000 000,00	27 811 429,52

Os movimentos registados, em 2017, nos Fundos Patrimoniais respeitam essencialmente à aplicação do disposto na aplicação de resultados do ano de 2016.

Igualmente, por decisão da Direção do Sindicato, foi reforçada a Reserva Especial de Greve, no valor de 5.600.000€, por transferência do saldo da Reserva Especial de Investimento.

17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica discrimina-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores de Saúde	6 229 014,25	6 536 931,76
Fornecedores Gerais	177 619,46	374 086,87
Fornecedores GALP	62,60	62,60
Outros	125 273,59	11 870,10
	6 531 969,90	6 922 951,33

| 57

O valor de “Fornecedores de Saúde” diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro. O prazo médio de pagamento a estes fornecedores é de 90 dias.

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica discrimina-se como segue:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários (CGD)	1 095 238,08	6 845 238,16	7 940 476,24	1 095 238,08	7 940 476,24	9 035 714,32
Outros				1 578,34		1 578,34
	1 095 238,08	6 845 238,16	7 940 476,24	1 096 816,42	7 940 476,24	9 037 292,66

O valor de empréstimo com a CGD respeita a financiamento para a construção do empreendimento Libervita Alcabideche que se encontra reconhecido como propriedade de investimento.

19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica discrimina-se como segue:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos		2 873,88		3 661,67
Credores por acréscimos de gastos				
Seguros a liquidar				1 482,40
Remunerações a liquidar		416 458,49		409 429,63
Faturação Saúde		5 839 143,09		6 145 227,10
Outros acréscimos de gastos		8 535,69		3 276,26
		6 264 137,27		6 559 415,39
Intermediários				
Fundo de Pensões / Quadros Bancários		3 078,53		19 285,55
Outros		363,94		222,69
		3 442,47		19 508,24
Diversos				
Sindicatos		143,01		13,52
Outros		218 749,61		187 774,33
		218 892,62		187 787,85
		6 489 346,24		6 770 373,15

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Faturação de saúde” decompõe-se da seguinte maneira:

	Valor
Previsão de gastos c/ faturas entradas até 31.12	4 348 769,38
Previsão de gastos c/ faturas de 2017 entradas em 2018	1 490 373,71

20. CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os proveitos relativos a contribuições e quotizações detalham-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Contribuições:		
SAMS – Entidade Patronal	30 779 435,07	33 577 994,57
SAMS – Sócio	8 139 446,55	7 868 665,61
Quotizações	5 168 843,01	5 044 688,63
Fundo Complementar de Saúde	2 527 056,20	2 451 776,81
Contribuições Beneficiários (+25 anos)	75 675,00	75 300,00
	46 690 455,83	49 018 425,62

Por força da alteração do financiamento do SAMS Quadros, por parte das entidades patronais, passando de ser calculado na base de uma percentagem (6,5%) sobre a massa salarial a ser participado com o valor 126,76€ “per capita”, a rubrica Contribuições – SAMS Entidade Patronal teve um decréscimo de cerca de 8%.

Pelo contrário, nas rubricas Contribuições – SAMS Sócio, Quotizações e Fundo Complementar de Saúde observa-se um aumento, resultado do esforço empreendido para captação de novos sócios durante o ano.

A rubrica “Contribuições Beneficiários +25 anos” engloba o desconto, por parte dos sócios, de 50 euros mensais, por cada dependente com idade superior a 25 anos, de modo a que estes continuem como beneficiários do SAMS/QUADROS.

| 59

21. ATIVIDADE SINDICAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os custos relativos à atividade sindical detalham-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Assistência na doença (SAMS)		
Comparticipação – Faturação	18 778 866,34	18 878 257,80
Comparticipação – Direta	12 070 583,86	12 643 777,10
Farmácias	4 014 349,59	3 945 035,24
3.ª Idade	106 687,56	156 496,52
Outros	136 734,18	139 175,44
	35 107 221,53	35 762 742,10
Fundo Complementar de Saúde		
Comparticipações	2 493 389,93	3 171 556,31
Subsídios	291 553,00	319 691,50
	2 784 942,93	3 491 247,81
Gastos com a atividade sindical		
Conselho Geral	6 166,88	8 600,00
Atividades desportivas	61 337,23	39 218,02
Reuniões/Encontros	21 921,36	
Conferências	2 167,66	
	91 593,13	47 818,02
	37 983 757,59	39 301 807,93

A variação do saldo deve-se essencialmente à diminuição dos gastos com as participações de saúde, resultantes das renegociações dos acordos com as entidades de saúde.

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foi a seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Trabalhos especializados	676 795,91	689 362,15
Honorários	315 704,81	204 579,90
Deslocações	237 315,77	176 917,51
Rendas e alugueres (A)	235 497,56	379 597,30
Comunicação (B)	228 555,10	373 438,04
Conservação e reparação	136 382,99	75 643,85
Vigilância e segurança	123 444,83	138 520,55
Publicidade e propaganda	114 444,09	86 494,11
Limpeza, higiene e conforto	75 148,71	125 403,31
Outros	65 680,17	83 814,18
Artigos para oferta	63 302,44	21 930,30
Transportes de pessoal	57 627,45	66 971,10
Eletricidade	56 586,81	67 489,03
Serviços bancários	54 416,21	59 950,04
Informação aos sócios	33 181,28	44 021,76
Ferr. e utens. desgaste rápido	24 717,07	32 069,10
Despesas de representação	21 324,61	26 871,81
Material de escritório	20 679,72	26 109,83
Despesas de condomínio	17 469,08	17 287,68
Seguros	11 039,02	11 573,90
Contencioso e notariado	10 130,51	6 598,69
Água	9 453,23	21 535,09
Gastos Porto Santo		38 542,60
Formação		4 920,00
	2 588 897,37	2 779 641,83

A) Os gastos com rendas e alugueres detalham-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016	Var (%)
Aluguer de equipamento (Renting)	145 262,45	311 625,81	-53,00%
Rendas/Alugueres de instalações	87 457,14	67 932,49	29,00%
Aluguer de viaturas	2 777,97	39,00	7023,00%
	235 497,56	379 597,30	-38,00%

B) Os gastos com comunicação detalham-se como segue:

	31-12-2017	31-12-2016	Var (%)
Correio	117 620,24	196 679,26	-40,00%
Internet	35 379,55	106 897,94	-67,00%
Telefones	27 991,05	40 747,73	-31,00%
Telemóvel	46 773,38	28 290,87	65,00%
Televisão	790,88	822,24	-4,00%
	228 555,10	373 438,04	-39,00%

23. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foi a seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais		
Vencimentos	530 100,00	530 100,00
Encargos sobre remunerações	121 981,85	122 434,36
	652 081,85	652 534,36
Remunerações do pessoal		
Vencimentos	2 503 106,62	2 730 632,08
Encargos sobre remunerações	522 886,58	577 881,45
Outros encargos	19 890,69	20 672,48
Outros gastos com o pessoal	129 167,13	327 832,00
	3 175 051,02	3 657 018,01
	3 827 132,87	4 309 552,37

| 61

Os gastos com pessoal apresentam uma redução de cerca de 13% face ao ano de 2016.

Esta redução resulta da diminuição do quadro de pessoal de 2016 para 2017. Durante este ano, em média, estiveram ao serviço 131 colaboradores, contra 144 em 2016.

24. IMPARIDADES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Imparidades em dívidas a receber:		
Reforço das perdas por imparidade (Notas 9 e 12)	-72 073,00	-38 244,18
Reversão de perdas por imparidade (Notas 9 e 12)	46 997,12	102 359,69
	-25 075,88	64 115,51
Outras imparidades:		
Em investimentos financeiros (Nota 8)		-71 171,44
		-71 171,44

25. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Perdas por reduções de justo valor		
Em instrumentos financeiros (Nota 14)	-185 442,56	-87 375,00
Em propriedades de investimento (Nota 6)	-846 126,00	
	-1 031 568,56	-87 375,00
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em instrumentos financeiros (Nota 14)	74 475,00	
Em propriedades de investimento (Nota 6)	617 848,95	
	692 323,95	
	-339 244,61	-87 375,00

O aumento desta rubrica resultou da alteração da política de valorização das Propriedades de Investimento, passando a estar mensuradas ao justo valor.

26. RENDIMENTOS/GASTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A repartição desta rubrica nos períodos de 2017 e 2016, foi a seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Rend. e ganhos em subsid., associadas e ...		
Alienação – ações	69 092,41	
Gastos e perdas em subsid., associadas e...		
Aplic. método equivalência patrimonial	-186 088,48	-221 783,03
	-116 996,07	-221 783,03

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Exploração do Hotel Libervita Porto Santo	285 000,00	166 250,00
Outros	66 332,30	53 859,26
Correções relativas a períodos anteriores	46 962,61	55 154,43
Arrendamento de instalações	39 000,00	3 750,00
Cedência de espaço	2 075,00	2 575,00
Juros obtidos	282,31	807,80
Ganhos em investimentos não financeiros	246,00	73,80
Cedência Alojamento (Libervita Porto Santo)		23 524,59
Ganhos em instrumentos financeiros		8 789,38
Dividendos obtidos		6 504,08
Rendimentos em ativos financeiros		4 776,59
	439 898,22	326 064,93

28. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Correções relativas a períodos anteriores	371 348,32	233 254,39
Quotizações	57 944,00	58 144,00
Impostos	40 998,34	72 787,33
Dívidas incobráveis	15 429,40	28 936,60
Donativos	5 300,00	393,60
Outros	3 364,21	67 116,85
Juros suportados	83,57	6 043,67
Perdas em instrumentos financeiros		423 843,03
	494 467,84	890 519,47

| 63

Em 2017, o montante de 371.348,32 inclui uma correção da depreciação do exercício anterior dos ativos fixos intangíveis, no valor de 299.016,67 (Nota 7).

Relativamente às quotizações, a rubrica refere-se aos custos relativos às quotizações mensais pagas à USI – União dos Sindicatos Independentes, CEC – Confédération Européenne des Cadres.

O valor da rubrica “Perdas em instrumentos financeiros” diz respeito às perdas resultantes da alienação total, em janeiro de 2016, das carteiras de investimentos existentes à data.

29. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Depreciações de propriedades de investimento		299 148,74
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 5)	494 896,83	499 933,75
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 7)	293 559,35	55 178,34
	788 456,18	854 260,83

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos de Fundos	269 482,56	
Juros de depósitos	64 132,39	56 344,33
Juros de outras aplicações	12 442,50	28 949,04
Juros de investimentos financeiros		9 237,54
	346 057,45	94 530,91

31. JUROS E GASTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Juros de financiamentos obtidos	195 966,75	237 301,23
Juros de conta caucionada		23 543,84
	195 966,75	260 845,07

64 |

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes à data de reporte que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Sindicato em referência a 31 de dezembro de 2017.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2009 a FSQB – Fundação Social do Quadro Bancário, detida pelo Sindicato, foi declarada nula, pelo que, a partir dessa data, todos os ativos e responsabilidades da fundação deveriam transitar para o Sindicato, assim como todas as operações realizadas por esta entidade deviam ser consideradas na esfera do Sindicato.

Até 2014, o Sindicato não efetuou a “integração” dos ativos e passivos da fundação, procedimento efetuado pela primeira vez nas demonstrações financeiras de 2015. Os principais ativos integrados prendem-se com imóveis em Alcabideche, Porto Santo e Porto – Campanhã, entretanto já transferidos para o património do Sindicato.

Em junho de 2017, foi transferido para a esfera do SNQTB o financiamento obtido pela fundação junto da CGD e que, a 31 de dezembro, apresenta um valor em dívida de 7.940.476,24.

Em 2017, o Sindicato integrou nas suas contas os restantes ativos e passivos que ainda são da fundação, tendo registado a situação líquida por contrapartida de Resultados.

O Sindicato é, igualmente, instituidor da Fundação Social Bancária (FSB).

A FSB é uma instituição particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que desenvolve atividades no âmbito da política social, particularmente no apoio às crianças e jovens. Foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública por despacho de 28/12/2011 do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido lavrado o respetivo registo em 05/01/2012 pela inscrição n.º 2/2012, a fls. 38 e 38 verso, do Livro n.º 7, das Fundações de Solidariedade Social.

Em 2013, a FSB – Fundação Social Bancária solicitou uma alteração parcial dos seus Estatutos, no sentido de os adequar à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho. Esse pedido foi deferido por despacho autorizador do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, em 19 de dezembro de 2014, tendo o processo de reconhecimento sido concluído em 13 de janeiro de 2015.

O Sindicato efetua contribuições para a Fundação de forma a financiar a sua atividade. À data, o total de contribuições efetuadas ascende a 2.300.000€, tendo sido realizado parcialmente com uma

doação de um imóvel. As contribuições foram efetuadas em maio de 2011 (1.000.000€), junho de 2012 (500.000€) e março de 2013 (800.000€, doação do imóvel).

Os principais dados financeiros da FSB são os seguintes:

	2017	2016
Activo		
Activo não corrente	1 000,00	722 735,00
Activo corrente	1 449 918,30	713 982,78
Total do Activo	1 450 918,30	1 436 717,78
Capital Próprio		
Capital	2 300 000,00	2 300 000,00
Resultados transitados	-935 039,85	-732 937,71
Resultado líquido do ano	72 057,85	-202 102,14
Total do Capital Próprio	1 437 018,00	1 364 960,15
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente	13 900,30	71 757,63
Total do Passivo	13 900,30	71 757,63

| 65

34. GARANTIAS E PROCESSOS JUDICIAIS

Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2017 o Sindicato tem uma garantia real junto da CGD, referente ao seu financiamento e que corresponde à hipoteca do imóvel, no valor de 11.500.000€.

Processos Judiciais

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, com referência à data de 31 de dezembro de 2017, não tem litígios judiciais pendentes.

66

Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal das Contas





PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS CONTAS DE 2017

Membros do Conselho Geral e Sócios:

1. Nos termos estabelecidos pelos Estatutos do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, o Conselho Fiscal emite o parecer relativo às contas de 2017, apresentadas pela Direcção do SNQTB.

2. O Conselho Fiscal reuniu no dia 19 de Março de 2018, para apreciação do relatório de gestão, balanço e demonstração de resultados referentes ao exercício de 2017 assim como o parecer do ROC, enviados pela direcção, e aprovou-o por unanimidade.

3. Os elementos financeiros analisados evidenciam, em euros, um total de activo de 54.827.794,69 euros, um total do fundo de capital de 28.828.105,78 euros e um resultado líquido do exercício de 966.305,19 euros fazendo ainda, suas, as conclusões constantes da certificação legal de contas do auditor externo.

4. No desenvolvimento do seu trabalho o conselho fiscal pretende realçar os seguintes pontos e aspectos para os quais chama a vossa especial atenção:

- a) O actual conselho fiscal acompanhou todo o exercício em causa tendo-se reunido trimestralmente com a direcção e os serviços.
- b) Ao longo deste ano de actividade, foi-nos possível observar o esforço da Direcção na resolução dos múltiplos problemas, prosseguindo a introdução de um modelo de governo mais transparente no Sindicato e organizações satélites, que nos permite afirmar que estamos mais sólidos e assentes nos dois pilares fundamentais – o laboral e a saúde. Por outro lado, regista-se um crescimento do número de sócios e o sucesso dos acordos/protocolos nas rescisões, em contra ciclo face a uma conjuntura adversa no sector, por força dos processos de redução e emagrecimento das instituições financeiras.
- c) As contas, apresentadas e submetidas à apreciação deste conselho fiscal, evidenciam e demonstram a vontade da Direcção em trabalhar no sentido do rigor financeiro e consolidação de todo o património de grupo.

Estes factos foram determinantes para os resultados obtidos sendo o resultado positivo apresentado de 966.305,19 euros, note-se contudo:

- Após as modificações introduzidas e referenciadas no nosso último parecer é mais fácil e transparente a comparação dos dois exercícios, por efeito da uniformização de meses de facturação contabilizada e os acertos nas despesas lançadas no seio do FCS;
- A redução da exposição do Balanço à volatilidade dos mercados financeiros (por via do desinvestimento em activos financeiros) e a sólida posição de tesouraria apresentada;
- A decisão certa e conservadora de continuar a reconhecer as participações recebidas de ex-colaboradores do NB e outras instituições por 30 anos;



5. Na perspectiva de futuro traçada pela direcção, o conselho fiscal gostaria de chamar a atenção para os seguintes pontos:

- a) Destacar a vontade da Direcção em reflectir o verdadeiro valor do património, quer financeiro quer imobiliário, e apresentar contas consolidadas do grupo SNQTB no respeito das regras de conduta e éticas inscritas no código e no parecer da comissão de normalização contabilística.
- b) O Conselho Fiscal, não estando em causa a excelência das prestações sociais, chama a especial atenção para o esforço particular na revisão das condições e preços dos vários fornecedores, correntes ou de saúde, visando uma maior eficiência.
- c) Nesta área a recente criação da SGPS e o arranque do projecto-piloto da óptica será determinante para a captação de parte da cadeia de valor e diversificar as fontes de receita do sindicato.
- d) Não obstante o trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal recomenda que se efectue um esforço no sentido de ser possível aumentar a eficiência e eficácia do processo de controlo e validação de facturas dos prestadores, em especial ao nível das rejeições e refacturações de forma a melhorar a especialização dos custos do exercício.”

6. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é do seguinte parecer:

- a) Aprovação do Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2017;
- b) Aprovação da proposta de aplicação de resultados líquidos apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor à Direcção do SNQTB pela forma empenhada e transparente como está a conduzir o seu mandato e aos empregados do grupo SNQTB pela colaboração dedicada.

Lisboa, 28 de Março de 2017

O Conselho Fiscal:

O Presidente



O Vogal:



O Vogal:



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 54.827.795 euros e um total do Fundo de Capital de 28.828.106 euros, incluindo um resultado líquido de 966.305 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo;
- ▶ elaboração do Relatório de Direção nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

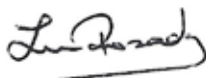
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luis Miguel Rosado (ROC nº 1607)
Registado na CMVM com o nº 20161217

